



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ESTRATÉGIAS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA AOS PROCESSOS
DESTERRITORIALIZANTES: REDES DE SOLIDARIEDADE – O CASO DA
REDE INDUSTRIAL DE CONFEÇÃO SOLIDÁRIA (RICS)**

CAROLINA TAVARES OLIVEIRA BORGES

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Viera Medeiros

PORTO ALEGRE, OUTUBRO DE 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ESTRATÉGIAS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA AOS PROCESSOS
DESTERRITORIALIZANTES: REDES DE SOLIDARIEDADE – O CASO DA
REDE INDUSTRIAL DE CONFECÇÃO SOLIDÁRIA (RICS)**

CAROLINA TAVARES OLIVEIRA BORGES

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Viera Medeiros

Banca Examinadora: Profa. Dra. Susana Maria Veleza da Silva (FURG)
Prof. Dr. Álvaro Heidrich (UFRGS)
Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

PORTO ALEGRE, OUTUBRO DE 2007

Borges, Carolina Tavares Oliveira

Estratégias sociais de resistência aos processos desterritorializantes: redes de solidariedade – o caso da rede industrial de confecção solidária (RICS). / Carolina Tavares Oliveira Borges - Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2007.

[113 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2007.

1. Geografia. 2. Território. 3. Exclusão Social. 4. Economia Solidária. 5. Redes de Solidariedade. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Dra. Vanda Ueda pela dedicação com que me orientou, por ter acreditado neste trabalho e confiado em mim e pelas palavras de carinho e conforto em todos os momentos e que, infelizmente, não pode estar comigo na conclusão desta etapa.

À Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros, por ter assumido a orientação da minha dissertação numa situação difícil para todos nós. Obrigada por ter me amparado na ocasião que tanto necessitei.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Geografia, bem como aos professores que fizeram parte desta jornada.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, universidade pública e gratuita, por ter me acolhido para a continuidade dos estudos.

Aos professores da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, que compartilhando seus conhecimentos, deram-me a formação inicial e a vontade de continuar na caminhada.

Obrigada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil, pela bolsa de estudos que proporcionou a minha sobrevivência em Porto Alegre.

Ao meu pai, à minha mãe, à minha vó e aos meus irmãos. Obrigada sempre e sempre ainda é pouco! Tenham certeza de que nesse trabalho existe um pouquinho de cada um de vocês.

Ao Meu Querido Denir, pelo apoio, pelo carinho, pelos livros, pelos conselhos e pelas tão úteis conversas sobre os problemas sociais e utopias.

Mesmo que, muitas vezes, à longa distância, a tua presença sempre foi constante. Obrigada por tudo.

Muitíssimo obrigada ao pessoal da ONG Guayí, em especial à Ilma, à Vanusca, à Deniara, à Sílvia, à Helena Bonumá e à Paola por todas as informações fornecidas. Sem isso, certamente teria sido impossível desenvolver este trabalho.

Em especial, agradeço a colaboração das pessoas que, com seu trabalho, fazem parte dessa rede, através da qual conseguem ter condições de garantir o seu lugar ao sol.

Agradeço à Zélia, por ter sido sempre tão atenciosa e gentil, colaborando para a superação dos problemas burocráticos, na Secretaria do Pós.

À Michele, minha amiga de todas as horas. Obrigada.

Aos amigos com quem passei bons e maus momentos.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que a *proposta inicial* se tornasse uma *dissertação*. Valeu!

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais,
Carlos e Maria Cristina, pelo incentivo.
À querida amiga
Profa. Dra. Vanda Ueda.
Às trabalhadoras e aos trabalhadores,
elos fundamentais de uma rede de possibilidades.*

*“Não somos o que somos, mas o
que fazemos para mudar
o que somos”.*

Eduardo Galeano

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
DEDICATÓRIA.....	ii
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	iii
LISTA FIGURAS.....	iv
ANEXOS.....	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1

CAPÍTULO I

REDES DE SOLIDARIEDADE, TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO.....	10
1.1 Algumas considerações sobre Economia Solidária.....	18
1.2 A importância do desenvolvimento local para a reprodução das redes de solidariedade.....	27

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES DE SOLIDARIEDADE.....	35
2.1 Âmbito Federal.....	39
2.2 Âmbito Estadual.....	42
2.3 Âmbito Municipal.....	45

CAPÍTULO III

REDES DE SOLIDARIEDADE EM PORTO ALEGRE.....	55
3.1 Empreendimentos solidários: o caso da Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS).....	60

3.2 Breve análise da(s) territorialidade(s) da RICS.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1....	Quadro demonstrativo da distribuição dos empreendimentos solidários no Brasil.....	19
Tabela 2....	Participantes dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, 2005.....	25
Tabela 3....	Pessoas responsáveis pelos domicílios, total e mulheres, segundo as Grades Regiões, 2000.....	65
Tabela 4....	Indicadores selecionados de mulheres responsáveis por domicílios, Indicadores selecionados de mulheres responsáveis por domicílios, 1991 e 2000.....	68
Gráfico 1...	Quantidade de redes lançadas pelo Programa Redes de Solidariedade.....	44
Gráfico 2...	Proporção de mulheres responsáveis pelos domicílios, segundo os municípios das capitais, 2000.....	66
Gráfico 3...	Taxa de desemprego total, segundo cor e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2003.....	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	Área de estudo.....	4
Figura 2.....	Quadro Metodológico.....	6
Figura 3.....	Empreendimentos Solidários no RS.....	20
Figura 4.....	Quadro demonstrativo dos Programas/ Ações coordenados pela SENAES em parceria com outros Entes Governamentais.....	41
Figura 5.....	Fluxograma de implantação do Programa de Governança Solidária Local.....	50
Figura 6.....	Regiões da Governança Solidária Local em Porto Alegre.....	51
Figura 7.....	Quadro demonstrativo da articulação da RICS.....	71
Figura 8.....	Ilustração da territorialidade da RICS.....	81

ANEXOS

ANEXO 1....	Redes de Cooperação no Rio Grande do Sul.....	94
ANEXO 2....	Questionário aplicado às trabalhadoras e trabalhadores da RICS.....	97
ANEXO 3.....	Tabulação do questionário aplicado às trabalhadoras/ trabalhadores da RICS.....	98

RESUMO

Esta dissertação objetivou levantar alguns pontos para a discussão e reflexão do que entendemos como algumas estratégias sociais de resistência aos processos desterritorializantes entendidos, também como socioeconomicamente excludentes.

Com aporte teórico, subsidiamos nossa pesquisa, desenvolvendo uma metodologia que envolveu, outrossim, levantamento bibliográfico, entrevistas e observações.

Analisamos, especificamente, o caso da Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS) e sua contribuição para a geração de trabalho, renda, que, neste caso, vai além de mera sobrevivência, pois se configura na participação efetiva dos envolvidos em todas as etapas do projeto, contribuindo para o desenvolvimento da qualidade de vida e fortalecendo valores como a dignidade dos indivíduos, que visam o benefício coletivo do grupo.

Buscamos apreender de que forma o Estado, em suas esferas federal, estadual e municipal, favorece a criação e fomenta a reprodução das redes de solidariedade, para, posteriormente, abordar como o município de Porto Alegre comporta-se diante deste cenário.

Assim, apesar de incipiente, tanto na prática e principalmente na teoria, a Economia Solidária vai trilhando o seu caminho, com o trabalho e da criatividade de quem a faz na esperança de sobreviver numa sociedade cada vez mais competitiva e excludente.

Palavras-chave: Território; Exclusão Social; Economia Solidária; Redes de Solidariedade.

ABSTRACT

This dissertation objectified to raise some points for the quarrel and reflection of what we understand as some social strategies of resistance to the understood desterritorializantes processes, as also social and economically exculpatory.

With it arrives in port theoretical, we subsidize our research, developing a methodology that involved, also, empirical survey of data.

We analyze, specifically, the case of the Industrial Net of Solidary Confection (RICS) and its contribution for the work generation, income, that, in this in case that, goes beyond mere survival, therefore is configured in the participation accomplishes of involved in all the stages of the project, contributing for the development of the quality of life and fortifying values as the dignity of the individuals, that aim at the collective benefit of the group.

We search to apprehend of that it forms the State, in its spheres federal, state and municipal, it favors the creation and it foments the reproduction of the solidarity nets, for, later, approaching as the city of Porto Alegre behaves ahead of this scene.

Thus, although incipient, as much in the practical one and mainly in the theory, the Solidary Economy goes treading its way, with the work and of the creativity of which it makes it in the hope to survive in a society each more competitive and exculpatory time.

Key words: Territory; Social Exclusion; Solidary Economy; Solidarity Nets.

INTRODUÇÃO

As relações sócio-territoriais que se constituem nos mais diversos espaços, vêm intensamente se destacando como objeto de estudo nos mais distintos campos disciplinares e, especialmente na Geografia. Os múltiplos usos aos quais os agentes sociais darão aos espaços é um dos componentes das diferentes condições territoriais e suas respectivas especificidades locais.

Na necessidade de estabelecermos a devida relevância no que diz respeito à organização social, ressaltamos a importância do desenvolvimento da presente dissertação, à medida que a Geografia caracteriza-se como ciência social e, portanto, deve estar em dia com o estudo da sociedade produtora do espaço, bem como suas formas estratégicas de inclusão frente às mazelas que se apresentam na atual conjuntura que nossa sociedade presencia.

Outrossim, entendemos que esta análise viabiliza a identificação das reais necessidades dos indivíduos em organizarem-se dispostos a resistir a desterritorialização imposta.

Assim, essa dissertação tem como objetivo principal analisar as redes de solidariedade entendidas como estratégias sociais de resistência aos processos

desterritorializantes, voltadas para a organização autogestionária¹ nos princípios da economia solidária.

Portanto, nossa questão central é: *De que forma as redes de solidariedade podem ser compreendidas como estratégias sociais de resistência aos processos desterritorializantes?*

A partir dessa questão e para compreendermos a amplitude da problemática, destacamos como objetivos específicos:

- Identificar a necessidade da organização social em redes de solidariedade;
- Analisar a organização e a participação político-ideológica dos empreendimentos que compõe as redes de solidariedade determinadas;
 - Caracterizar as relações das redes com o Poder Público e;
 - Detectar as territorialidades destas redes.

Neste sentido, elegemos como objeto de estudo a Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS), que auxilia na melhoria da qualidade de vida das trabalhadoras e trabalhadores que dela fazem parte, gerando renda e, conseqüentemente, garantindo a sobrevivência dessas pessoas.

A RICS é composta por quatro empreendimentos mais a Organização Não-Governamental (ONG) Guayí, que prepara as trabalhadoras e trabalhadores para que desenvolvam a autonomia necessária para a autogestão.

Coletamos informações da Guayí e de três empreendimentos. Por questões *burocráticas*, não nos foi permitido, visitar o grupo do Presídio e, por isso, o mencionamos apenas como componente da rede, sem, é claro

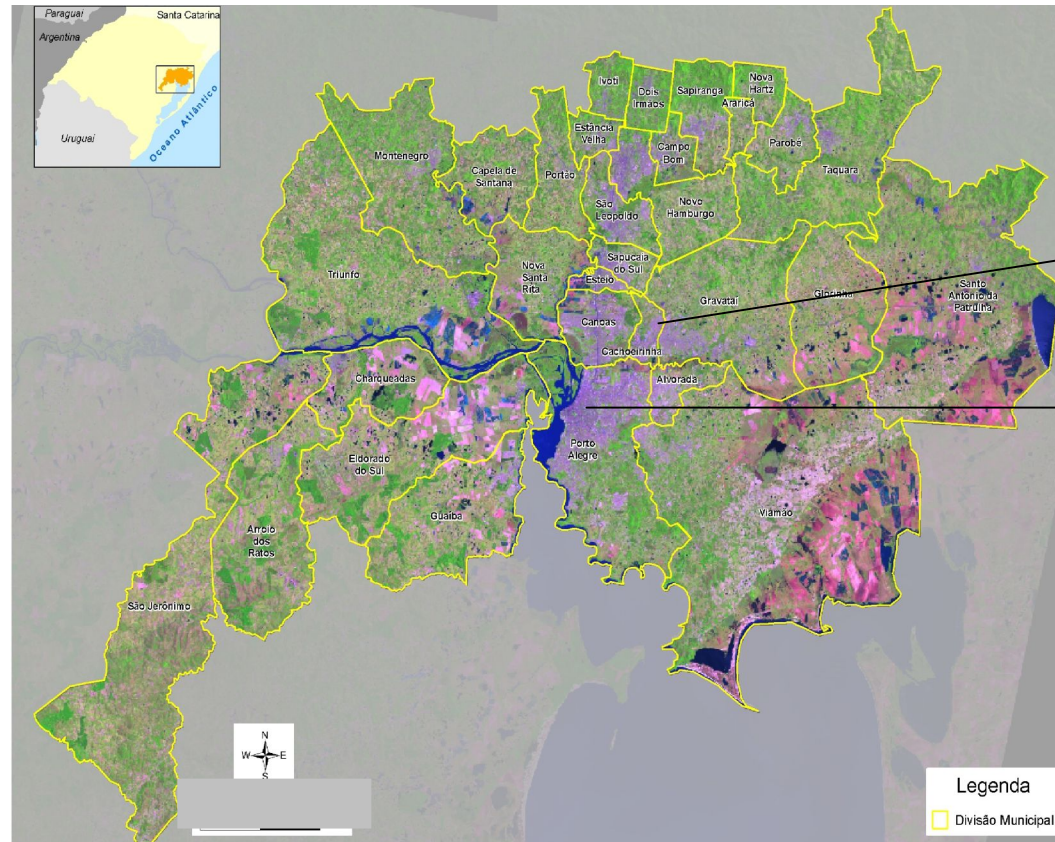
¹ Segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005: 12), a autogestão caracteriza-se pelo *exercício de práticas autônomas participativas nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.*

desconsiderar sua fundamental contribuição para a inclusão social e futura ressocialização das trabalhadoras que o compõem.

Quatro empreendimentos localizam-se no município de Porto Alegre e um na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)², mais especificamente no município de Cachoeirinha, conforme a Figura 1.

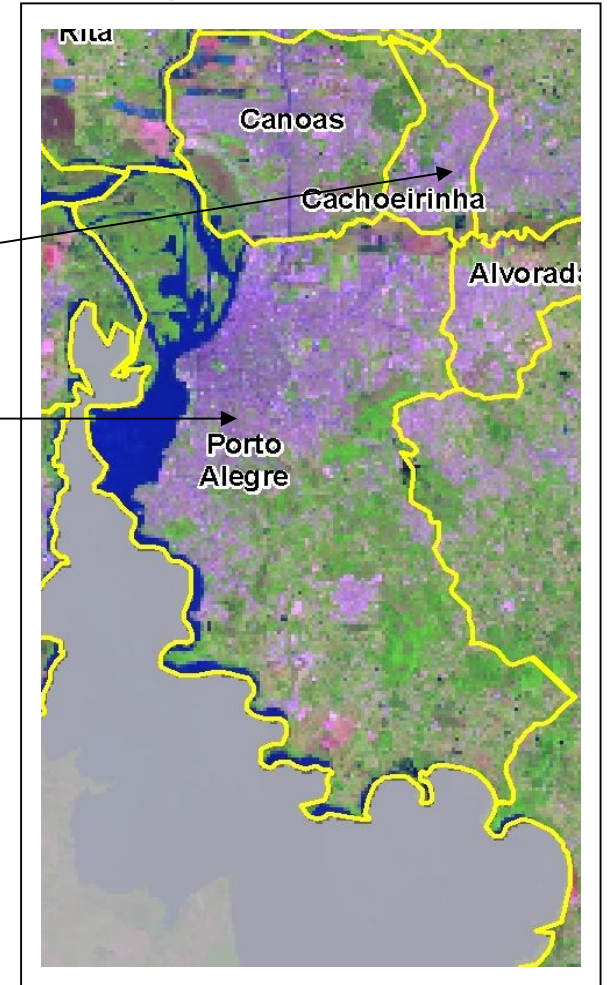
² Conforme ALONSO e BRINCO (2006: 1): “São os seguintes os municípios que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre em 2006: Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia, Taquara, Triunfo e Viamão. A RMPA situa-se na zona nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, estendendo-se ao norte da Laguna dos Patos e ocupando 3,48% da superfície total do Estado. Os municípios de maior extensão são Viamão (15,2% da área metropolitana), Santo Antônio da Patrulha (10,7%), São Jerônimo (9,6%) e Triunfo (8,4%), enquanto Esteio (0,28%), Araricá (0,36%) e Cachoeirinha (0,45%) estão entre os menores.

Figura 1 Área de estudo



Região Metropolitana de Porto Alegre – 2003.
 Fonte: Fundação de Economia e Estatística do RS, 2006.
 Adaptado pela autora

Municípios onde estão presentes
 empreendimentos da RICS

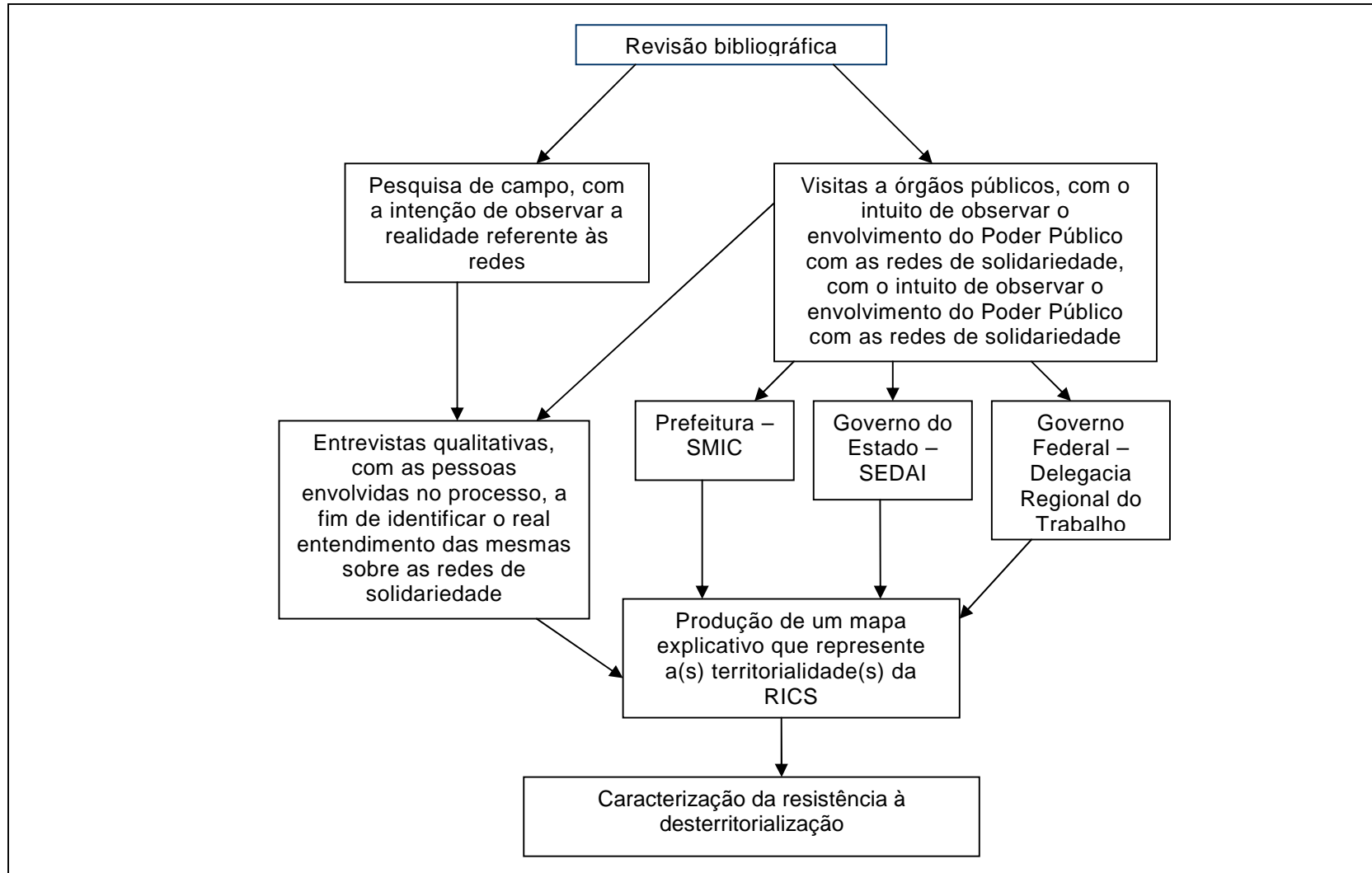


Para que os objetivos fossem atingidos, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos, esquematizados na Figura 2:

Com o auxílio permanente de levantamento e análise bibliográfica, buscamos aspectos empíricos das redes de solidariedade baseados em pesquisa de campo, visitas a órgãos públicos, relacionados às redes, bem como entrevistas com os agentes envolvidos. Utilizamos os dados coletados nas etapas mencionadas para produzir um mapa explicativo que dimensione as territorialidades dessas redes em Porto Alegre, caracterizando efetivamente a organização em redes como uma estratégia de resistência aos processos desterritorializantes.

Lançamos mão de diferentes técnicas de coleta de dados, entre elas estão levantamento de dados, pesquisas exploratórias, visitas aos locais de interesse, questionários e consulta a documentos referentes ao caso em estudo.

A pesquisa de campo foi realizada em diferentes etapas. Primeiramente, com os subsídios fornecidos pela ONG Guayí, visitamos os locais que compreendem o estudo e realizamos observações, onde ocorreram entrevistas com as pessoas envolvidas. As entrevistas se distinguem da conversação porque objetivam coletar dados. O que se pretende com entrevistas desse tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado (GIL, 1987). Para confrontar as informações, buscamos junto a alguns órgãos públicos, material para análise e interpretação, como também elementos passíveis de auxílio com os respectivos responsáveis.

Figura 2 **Quadro Metodológico**

Organizado pela autora.

Estamos convictos da imensa contribuição que o Método da *Geografia Crítica* traz na realização de trabalhos que se ocupem com problemáticas sociais, tais como a que propomos.

Acreditamos que é dever do pesquisador utilizar o conhecimento adquirido na busca de respostas e, conseqüentemente, contribuir para as soluções de algumas mazelas que a sociedade vivencia há algum tempo. Adquirimos uma postura crítica frente à cruel realidade imposta por uma minoria hegemônica que obriga que uma maioria seja marginalizada, em função de padrões pré-determinados por um sistema excludente.

Nos identificamos com as palavras de MORAES (1995: 12), quando coloca que:

São os autores [da Geografia Crítica] que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem. Os autores da Geografia Crítica vão fazer uma avaliação profunda das razões da crise; são os que acham fundamental evidenciá-la. Vão além de um questionamento puramente acadêmico do pensamento tradicional, buscando as suas raízes sociais. [...] os geógrafos críticos [...] Desvendaram as máscaras sociais [...], pondo à luz os compromissos sociais do discurso geográfico, seu caráter classista. (grifos da autora)

Dessa forma, enfatizamos nosso posicionamento frente ao observado durante o desenvolvimento desta dissertação, apresentando algumas maneiras encontradas pela sociedade de *burlar* as dificuldades da lógica estabelecida.

No Capítulo I, ***Redes de Solidariedade, Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização***, apresentamos alguns pressupostos que embasaram nossa pesquisa teoricamente, destacando os processos de

territorialização, desterritorialização e reterritorialização relacionados às redes de solidariedade salientando como tais redes promovem a inclusão social no processo territorial, econômico e político.

No subitem do mesmo capítulo, ***Algumas considerações sobre Economia Solidária***, realizamos algumas considerações que julgamos necessárias para melhor entendimento sobre Economia Solidária, um breve histórico das atividades no Brasil e o comportamento da mesma no Rio Grande do Sul. Destacamos, também, como alguns estudiosos da Economia Solidária a classificam e qualificam.

Em ***A importância do desenvolvimento local para a reprodução das redes de solidariedade***, ressaltamos a importância do desenvolvimento local para a reprodução das referidas redes e como este desempenha um papel fundamental na contribuição para a inclusão social.

A seguir, no Capítulo II, ***Políticas Públicas e Redes de Solidariedade***, fizemos uma apresentação das Políticas Públicas de fomento à Economia Solidária que visem seu benefício, manutenção e reprodução.

No ***Âmbito Federal***, apresentamos as iniciativas do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal, desenvolvidas pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES).

No ***Âmbito Estadual***, destacamos o Programa Redes de Cooperação, de iniciativa da Secretaria Estadual do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (SEDAI).

E no ***Âmbito Municipal***, verificamos algumas parcerias entre a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a comunidade organizada em empreendimentos solidários.

Posteriormente, no Capítulo III, **Redes de Solidariedade em Porto Alegre**, analisamos com maior ênfase o histórico da cidade e sua relação com a Economia Solidária e com as redes de solidariedade.

Damos continuidade destacando os **Empreendimentos solidários: o caso da Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS)**, que foi nosso principal objeto de estudo. Apontamos o pioneirismo deste projeto, a busca pela sobrevivência e pela inclusão de seus integrantes e como o trabalho nesta rede colaborou para o resgate de alguns valores que, há algum tempo, haviam sido negados à essa população, principalmente no caso das mulheres.

Ao final do terceiro capítulo, assinalamos uma **Breve análise da(s) territorialidade(s) da RICS**, onde utilizamos alguns conceitos para demonstrar que a territorialidade é construída a partir de uma identidade do grupo com seu território.

Em seguida, passamos às **Considerações Finais**.

CAPÍTULO I

REDES DE SOLIDARIEDADE, TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO

O atual encolhimento das distâncias entre os lugares, derivado das grandes inovações tecnológicas que marcaram a história da humanidade, como as ferrovias, as rodovias, o telégrafo, o telefone e, mais recentemente, a informática, determinaram a história das redes técnicas. Atualmente, o termo *rede* se faz presente em estudos realizados nos mais diferentes campos disciplinares (DIAS, 1995).

Por isso, de modo geral, os estudos sobre as redes realizados pelas ciências sociais, além de analisar os impactos das redes estratégicas, que entendemos como socialmente excludentes, por não estarem acessíveis ou pela dificuldade de acesso para a maioria das pessoas, também vêm destacando a importância das redes de solidariedade, estabelecidas por determinados setores da sociedade civil organizada, dispostos a se manter territorializados, conforme aponta VILLASANTE (2002: 92), quando afirma que “*A análise das redes mostra-*

se muito mais fecunda nas estratégias construtivistas e participativas da realidade social”.

Concomitantemente ao advento da *globalização*³, onde a circulação de capitais e informações acontece em tempo real, observamos o crescimento exponencial da massa de excluídos que, contraditoriamente, alimenta a reprodução do modo de produção vigente, pois sabemos que não é possível, no capitalismo, a disponibilidade e o acesso de todos os recursos para todas as pessoas. Para esse contingente a globalização não está disponível, ao menos no que diz respeito ao acesso tecnológico.

Entendemos que mesmo as parcelas excluídas fazem parte tanto do sistema capitalista quanto do processo de globalização, e que a manutenção deste *status quo* somente é possível com a reprodução das camadas marginalizadas. Mas o que pretendemos abordar nesta análise é a reprodução dos agentes sociais, viabilizada, principalmente, pela organização dos mesmos.

Nesta exposição, concordamos com HAESBAERT (2004), quando expressa que o movimento de desterritorialização-reterritorialização é concomitante e, por isso, optamos por utilizar o termo *desterritorializante*, com a intenção chamar a atenção para um encaminhamento nesse sentido, pois se a reterritorialização ocorre imediatamente à desterritorialização, utilizando o termo *desterritorializante*, acreditamos que conseguimos esclarecer o que estamos

³ Sobre “globalização”, HARVEY (2004: 80), *A globalização pode ser vista como um processo, como uma condição ou como um tipo específico de projeto político.* Para VÁZQUEZ BARQUERO (2000), [...] *entre las características que definen los procesos de globalización destaca, la reducción de la presencia del Estado en la actividad económica, la privatización de las actividades productivas de carácter público y la reducción del papel de las políticas redistributivas, industriales y regionales. Parecería, por lo tanto, que el Estado solamente sería responsable de mantener estable el marco macroeconómico y de crear las condiciones para que los factores de acumulación de capital funcionaran adecuadamente.*

querendo expressar, ou seja, formas de territorialização (ou reterritorialização) muito precárias, socioeconomicamente marginalizadas, beirando a total exclusão.

As redes de solidariedade se apresentam hoje como uma alternativa para os indivíduos de menor poder aquisitivo, que são e estão muitas vezes, excluídos do processo econômico, social, político e territorial. Entretanto, é possível, discutir a importância das redes solidárias no contexto da globalização, analisando-as como um meio inclusivo. A partir do momento em que os indivíduos se organizam em rede, é necessário que haja uma mediação e um enfrentamento por parte dos agentes sociais frente à exclusão socioeconômica-espacial à qual estão submetidos.

Segundo HAESBAERT (1995: 168), o território não se limita ao controle de acesso às fronteiras. Além de controlado e dominado politicamente, o território é apropriado simbólico-culturalmente. Dessa forma, observamos a dimensão abstrata que o território exerce e sua importância para a manutenção e reprodução identitária dos indivíduos.

Assim, uma coletividade, via de regra, acaba impregnando seu território com suas características, seja de hábitos, religiosas, comportamentais, mesmo que com as já conhecidas dificuldades de inclusão inerentes ao atual contexto mundial, e mais especificamente à conjuntura urbana brasileira, que vem sofrendo um processo de reorganização econômica, populacional, social e política, desde que o Estado iniciou a corrida para a modernização com a industrialização, principalmente a partir da década de 1950⁴. Entretanto, a estagnação ou involução do desenvolvimento econômico de países como o Brasil, materializa-se em todas as formas espaciais. As grandes regiões

⁴ Ver RIBEIRO, I. C. de Q., LAGO, L. C (1994)

metropolitanas que sempre atraíram um grande contingente migrante, atualmente não se apresentam desta forma. Isto é comprovado pela redução das taxas de concentração populacional nas metrópoles, redirecionando a expansão urbana para as cidades de porte médio. Some-se a isso, as alterações na estruturação interna das cidades, onde surgem novos padrões de segregação sócio-espacial. Os principais sinais destes processos são:

1) maior diversidade social em áreas de baixa renda, onde a especulação imobiliária é menos agressiva;

2) difusão da pobreza por todo o tecido urbano, com a apropriação de espaços pelas camadas mais pobres da população para o desenvolvimento de atividades informais de ganhos financeiros e;

3) emergência de novas formas de segregação das camadas médias, com o surgimento acelerado de condomínios fechados e infra-estrutura em espaços mais afastados do centro das cidades⁵.

Nessa perspectiva, observamos que na visão convencional, desenvolver é o mesmo que dominar a natureza, *hominizando-a*. Entretanto, essa *hominização* não significa humanização, pois a modernização das cidades representa a versão ideologicamente hegemônica de desenvolvimento, onde as reformas urbanas visam a renovação urbana, a eliminação de espaços obsoletos, programas de urbanização de favelas, projetos de revitalização de sítios históricos em áreas centrais das cidades são usados como pano de fundo para um desenvolvimento urbano que em nada contribuem para os menos favorecidos, ou pior, somente os marginalizam cada vez mais, removendo-os dos espaços por eles ocupados (SOUZA, 1998).

⁵ Para saber mais sobre estas colocações ver RIBEIRO, I. C. de Q., LAGO, L. C (1994).

Diante da espoliação urbana (RIBEIRO e LAGO, 1994: 5), os processos desterritorializantes vão-se materializando nas cidades brasileiras e sobre os quais pretendemos abordar nesta análise enfatizando o caráter solidário proporcionado pelas redes evitando a desterritorialização dos agentes sociais.

Para RAFFESTIN (1993: 143):

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder.

Amiúde, o território vem sendo discutido, sob diferentes enfoques, o que nos possibilitam pensar o conceito e suas múltiplas interações.

Todavia, no momento, não temos a intenção de analisar epistemologicamente este conceito sempre tão presente na Geografia, mas, sim, salientar sua importância para a discussão sobre os processos desterritorializantes.

Nesta direção, HAESBAERT (2003: 13) analisa as concepções de território sob três vertentes: Jurídico-Política (Estado-Nação); Cultural (apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço); e Econômica (dimensão espacial das relações econômicas).

Sob a ótica da dimensão simbólica do território, cabe esclarecer que a esta reflete o que mais recentemente os estudos geográficos territoriais vêm destacando, ou seja, o caráter identitário entre os agentes sociais e os espaços por eles ocupados. Neste sentido, SOUZA (1995: 84) observa que um grupo não poder ser compreendido sem o seu território, uma vez que, a ocupação do

mesmo é visto como algo gerador de raízes e identidade, já que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria vinculada aos atributos do espaço concreto.

Robert Sack, em seu livro *Human Territoriality* (1986), define territorialidade como a *tentativa por um indivíduo ou um grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos, relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.*

Observamos um *mundo* cada vez mais interconectado, onde a palavra *globalização* tornou-se rotineira no vocabulário do senso-comum. Porém, é impossível não reconhecer que a identidade é um componente forte da interação estabelecida entre os indivíduos e destes com o meio em que vivem. Essa dialética surgida no *local-global* nos identifica como seres territoriais e exteriorizamos e impregnamos nosso território com o que somos.

Para LEFEBVRE (1986: 193), “*a apropriação e a dominação do espaço deveriam aparecer juntas*”, ou seja, um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente *funcional*, e uma dimensão simbólica e afetiva (HAESBAERT, 2002: 120).

Portanto, a desintegração ou o enfraquecimento da identidade cultural de determinado grupo é uma forma, talvez, imperceptível, porém não menos socioexcludente. Quando temos nossa identidade sufocada ou tolhida, deixamos de expressar nossa carga identitária, o que nos torna desterritorializados.

Mas, para os que estão excluídos, as precárias condições a que estão submetidas, dificultam, sob vários aspectos, o fortalecimento das ligações identitárias entre elas. Mesmo que a exclusão social tenha como particularidade o enfraquecimento dos laços territoriais, muitas vezes, diante das dificuldades cotidianas encontradas, muitos grupos acabam se aglutinando sob ideologias e

espaços mais fechados propondo assegurar a manutenção de sua identidade cultural⁶, quiçá, último refúgio na busca por preservar o mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2004: 92).

Esta reflexão vai ao encontro do que Milton Santos se refere em *A Natureza do Espaço*, onde destaca a importância da vizinhança para o fortalecimento das camadas socialmente excluídas frente às dificuldades, enfatizando que a proximidade entre os indivíduos favorece o nascimento do que vai chamar de *desconforto criador*, em outras palavras, a consciência da exclusão que emerge quando os indivíduos reconhecem a difícil situação em que se encontram e dessa forma organizam-se em busca de mudança. E eis que na total falta de perspectivas que, pretensamente excluiria (ou melhor, desterritorializaria) por completo uma comunidade, esta, se faz ouvir num suspiro de resistência.

Portanto, a identidade territorial dos agentes sociais está vinculada à convivência desenvolvida cotidianamente o que possibilita a comunicação e, conseqüentemente sua organização. Conforme SCOLARI (2006) a organização representa fundamentalmente a redução de preconceitos, a inclusão social e a ressignificação da identidade. Com isso, é vivenciada a solidariedade. A sociabilidade e a importância da vizinhança na produção da consciência são condições indispensáveis ao desenvolvimento da identidade e da solidariedade. Nesse sentido, HAESBAERT (2003: 14) afirma que:

[...] a noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam o seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder.

⁶ Para OLIVEIRA (2006:1), *A identidade cultural é um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve o compartilhamento de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, o trabalho, os esportes, as festas, entre outros. É um processo dinâmico, de construção continuada, que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço.*

Esta abordagem sobre o território e suas variáveis, é imprescindível para compreendermos as inter-relações que se estabelecem, muitas vezes empiricamente, na perspectiva desta dissertação.

Por isso, seguiremos a discussão apresentando alguns aspectos que julgamos importantes para a compreensão da Economia Solidária.

1.1 Algumas considerações sobre Economia Solidária

O atual quadro mundial de desigualdades socioeconômicas nos leva a refletir sobre algumas formas de inclusão que as pessoas buscam na tentativa de inverter tal situação.

Ainda a discussão sobre a Economia Solidária seja embrionária na amplitude social necessária para sua maior e melhor compreensão, seu processo e proposta vem enfatizando o objetivo de inserção de parcelas da sociedade que, por causas diversas constituem-se num contingente marginalizado.

A partir da década de 80, constatamos a gradativa emergência e multiplicação de empreendimentos com base associativa, de cunho comunitário, e, muitas vezes semi-familiar. Estes empreendimentos organizaram-se, primeiramente dentro dos movimentos sociais e tiveram, na segunda metade dos anos 90, um impulso em função do apoio sindicatos aos operários desempregados ou em vias de se tornarem desempregados.

Segundo VALLE (2002: 6):

Nessa época surgem a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e Participação Acionária (ANTEAG); o Movimento dos Sem Terra (MST) organiza vários tipos de cooperativas; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) são implantadas nas universidades (há quatorze universidades hoje com ITCP); a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) é mantida pela Central Única dos Trabalhadores; vários projetos financiados pela CARITAS/CNBB; e outras instituições com objetivo de apoiar a Economia Solidária nascente.

Desde então, os empreendimentos solidários vêm se tornando mais comuns e se expandindo por todo o país.

Tabela 1 **Quadro demonstrativo da distribuição territorial dos empreendimentos solidários no Brasil**

Região Nordeste	44%
Região Sul	17%
Região Norte	13%
Região Sudeste	14%
Região Centro-Oeste	12%

**Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005.
Adaptado pela autora.**

Conforme a Secretaria Nacional da Reforma Agrária, o quadro acima, refere-se aos 14.954 empreendimentos solidários mapeados em 2.274 municípios brasileiros.

Como a Região Sul do Brasil é a segunda colocada em quantidade de empreendimentos solidários, é importante destacarmos o que vem sendo discutido e apresentado especificamente no Rio Grande do Sul. Segundo o Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo (sítio do Governo Estadual na web):

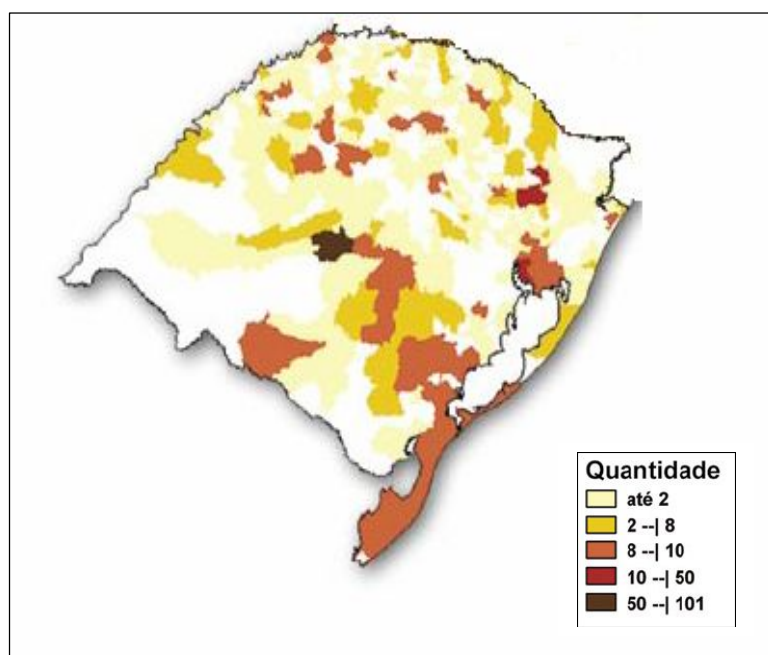
[...]o desenvolvimento de um programa de Economia Solidária no Rio Grande do Sul deve, fundamentalmente, atender aos anseios da população, na geração de trabalho e renda às pessoas excluídas ou com dificuldades para entrar no processo produtivo.

Logo, o desenvolvimento da Economia Solidária em nível local, regional e estadual, é justificado pela expectativa e tentativa dos movimentos sociais em

estruturar uma política de incremento às iniciativas solidárias. O Estado contribuiria consigo mesmo na aplicação das teorias de desenvolvimento endógeno, sustentabilidade, territorialidade, entre outras, assim como com a reconhecida necessidade de viabilização dos projetos comunitários.

Na Figura 3, podemos observar a distribuição dos empreendimentos solidários no Rio Grande do Sul e quantitativamente como estão representados.

Figura 3 Empreendimentos Solidários no RS



**Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005.
Adaptado pela autora.**

Sobre os aspectos teóricos do conceito, os estudiosos da Economia Solidária, afirmam que esta possui várias definições (Economia Social, Economia Popular), porém mantém, em comum, a contraposição entre a solidariedade e o individualismo competitivo predominante na sociedade capitalista. Trata-se de

organizações de produtores em forma de autogestão: na igualdade de direitos de todos os membros; na propriedade comum do capital, numa distribuição mais igualitária, bem como em sua gestão democrática (LIMA, 2004: 53).

A Economia Solidária possui uma identidade cultural, isto é, é composta por pessoas que têm a vontade de trabalhar, produzindo, comercializando e consumindo os produtos na sua origem. Deste modo, valorizar o trabalho solidário é valorizar o ser humano, sua origem, história. É oportunizar às pessoas que tenham dignidade para que possam ganhar o seu sustento sem depender de *assistencialismos governamentais*.

Baseada na participação da população, a Economia Solidária movimenta de forma autônoma e responsável os recursos presentes no território, proporcionando uma dinâmica de autoconfiança que recupera as identidades locais e a auto-estima social, minimizando, assim, a deterioração ambiental. A Economia Solidária se insere numa espécie de “pacto territorial”, ou seja, compromete-se com o processo de desenvolvimento local e sustentável. Seus empreendimentos firmam sua rentabilidade na interconfiança produzida localmente, o que os torna mais aptos para a dinâmica de longo prazo de um desenvolvimento integral da sociedade (LISBOA, 2004: 22).

Ao questionarmos as pessoas que praticam a Economia Solidária sobre as diferenças entre esta e a Economia Popular e Solidária, nenhuma diferença foi apontada, embora para representantes da Prefeitura Municipal a designação, ou o caráter *popular* represente resquícios da administração da Frente Popular em Porto Alegre, de 1989 a 2004 e, por isso, apresente intenções político-partidárias nessa referência.

Salientamos que a Economia Solidária pode ser entendida como aquela praticada por pares e pode também servir aos interesses de corporações com fins de acumulação. Aqui, enfatizamos o viés da sobrevivência, da reprodução social ao qual esta prática está ligada.

A Economia Solidária é uma maneira de fazer economia baseada na solidariedade⁷ e no trabalho. Compõe-se por dois eixos fundamentais: de um lado os vários setores intelectuais (universidades, políticas públicas, ONG's e estudiosos) que estimulam diferentes caminhos para a economia não capitalista sob o formato de cooperativas e grupos solidários, promovendo o fortalecimento dos vínculos entre as trabalhadoras e trabalhadores, além de mitigar os conflitos intrínsecos dos indivíduos. De outro, as trabalhadoras e trabalhadores insatisfeitos e excluídos do mercado de trabalho formal que vêem na economia solidária uma possibilidade de renda e que, através dos setores intelectuais obtêm apoio para se organizarem.

Essas duas esferas da sociedade, juntas, geram um novo movimento social no Brasil, baseado na cooperação e na inclusão. A introdução de níveis crescentes e qualitativamente superiores de solidariedade nas atividades, organizações e instituições econômicas incrementa a eficiência micro e macroeconômica, além de gerar um conjunto de benefícios sociais e culturais que favorecem toda a sociedade, pois por meio do trabalho gera dignidade às pessoas, minimizando até mesmo às taxas de violência (assaltos, por exemplo), contribuindo para a melhoria na qualidade de vida da sociedade como um todo.

⁷ Conforme o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005), a solidariedade, neste caso, refere-se à *preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadoras e consumidoras.*

Na Economia Solidária, é o ser humano e não o lucro o que está em primeiro lugar.

Segundo LISBOA (2005: 03):

A novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita na idéia da SOLIDARIEDADE. Na economia solidária o elemento solidariedade não é um mero adjetivo: é central, reformata a lógica e o metabolismo econômico. A economia solidária incorpora a solidariedade no centro da atividade econômica.

Observamos a dimensão sócio-humanista que a Economia Solidária adquiriu incorporando a solidariedade em todos os aspectos, seja na produção, na distribuição ou no consumo. Além disso, evidencia que as ações e as organizações que se constituem dessa maneira, contém uma perspectiva socioeconômica delineada como alternativa estável e sobrevivência e de participação, ou seja, de fazer com o outro (LOPERA, 2005).

A notoriedade da Economia Solidária refere-se a um projeto social que cunha um contraponto e uma contra-hegemonia, esta caracterizando-se como um projeto social no sentido de apontar um projeto que despontou do conjunto dos trabalhadores, estendendo-se para universidades, movimentos populares e sociais, sindicatos e governos (ZART, 2004: 179).

Como coloca ZART (2004: 184):

O projeto social dos trabalhadores/ as, que são os fundadores e os gestores da solidariedade e da cooperação como projeto social, deve promover o desenvolvimento integral do ser humano, a conservação da natureza, a compaixão pela terra e pelo outro, a ética universal, o projeto do humanismo social.

Neste atual cenário de grande competitividade no mercado de trabalho formal e conseqüentemente com a crescente exclusão dos trabalhadores na

geração de renda, muitos acabam caindo no mercado de trabalho informal. Entretanto, isso não reflete adequadamente sua participação de forma cidadã⁸.

A economia informal como alternativa, ou opção em virtude da falta de oportunidades no mercado formal de trabalho, pode ser explicitada pelo crescimento de grupos autogestionários, projetos de economia alternativa, concebidos com a finalidade de desconstruir a lógica da reprodução capitalista numa perspectiva inclusiva. Para ZART (2004: 184): “*A economia solidária é a construção do movimento que reúne homens e mulheres, raças e povos, indivíduos e grupos sociais em prol da vida*”.

É importante esclarecermos que mais de 1 milhão e 250 mil mulheres e homens, segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil, estão associados a empreendimentos econômicos solidários, conforme Tabela 2.

⁸ Entendemos por *cidadão* o indivíduo que tem assegurados os seus direitos bem como o dever de cumprir com suas obrigações, ambos previstos em legislação.

Tabela 2 Participantes dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, 2005

REGIÃO		Mulheres	%	Homens	%	TOTAL
NO	Rural	22.292	34,5%	42.265	65,5%	64.557
	Urbano	15.262	59,1%	10.578	40,9%	25.840
	Rural e Urbano	13.933	38,4%	22.372	61,6%	36.305
	Total	51.493	40,6%	75.235	59,4%	126.728
NE	Rural	95.599	37,3%	160.365	62,7%	255.964
	Urbano	42.941	50,4%	42.262	49,6%	85.203
	Rural e Urbano	40.019	37,9%	65.478	62,1%	105.497
	Total	179.058	40,0%	268.477	60,0%	447.535
SE	Rural	10.692	30,6%	24.219	69,4%	34.911
	Urbano	24.258	47,7%	26.619	52,3%	50.877
	Rural e Urbano	9.733	25,1%	29.003	74,9%	38.736
	Total	44.729	35,9%	79.910	64,1%	124.639
S	Rural	28.901	27,2%	77.310	72,8%	106.211
	Urbano	26.773	34,9%	49.887	65,1%	76.660
	Rural e Urbano	72.551	28,4%	183.127	71,6%	255.678
	Total	128.295	29,2%	310.400	70,8%	438.695
CO	Rural	10.577	28,4%	26.698	71,6%	37.275
	Urbano	18.118	59,7%	12.213	40,3%	30.331
	Rural e Urbano	18.389	39,4%	28.267	60,6%	46.656
	Total	47.088	41,2%	67.197	58,8%	114.285
TOTAL	Rural	168.061	33,7%	330.857	66,3%	498.918
	Urbano	127.352	47,4%	141.559	52,6%	268.911
	Rural e Urbano	154.625	32,0%	328.247	68,0%	482.872
	Total	450.663	36,0%	801.219	64,0%	1.251.882

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005.

Neste sentido, alguns autores elaboram estudos e sugerem que a Economia Solidária seja efetivamente fortalecida mediante iniciativas como, por exemplo, a implementação pelos indivíduos nestes territórios de uma moeda específica, paralela a oficial, estimulando, assim, o consumo dos produtos oriundos desses lugares (CORAGGIO, 1997; SINGER, 1999).

Sob a mesma perspectiva, VILLASANTE (2002) aponta como proposta econômica alternativa a economia popular, onde os agentes, para sua própria reprodução, dependem de seu próprio trabalho e onde a produção tem no valor de uso sua face predominante. Neste mesmo trabalho, o autor apresenta algumas experiências práticas na pesquisa sobre redes de relações solidárias, nos mais

diversos segmentos sociais, que vão desde movimentos sociais organizados e reconhecidos nacional e/ ou internacionalmente, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), até os mais socialmente marginalizados, como os catadores de lixo, com a intenção de demonstrar como a força da coletividade faz a diferença na busca por melhores condições.

Não podemos nunca desconsiderar que a prática da Economia Solidária depende fundamentalmente de organização, sobretudo das pessoas nos lugares onde desenvolverão suas atividades.

Por isso, destacamos, a seguir, alguns aspectos sobre desenvolvimento local na manutenção e reprodução das redes de solidariedade.

1.2 A importância do desenvolvimento local para a reprodução das redes de solidariedade

Mesmo que esteja cada vez mais integrado ao global, ainda é no local que observamos e temos a possibilidade de ação e transformação.

O desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e assentamentos humanos, capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria na qualidade de vida da população. No contexto da globalização, o desenvolvimento local resulta diretamente da capacidade dos atores e da sociedade local para mobilizarem-se e estruturarem-se baseados em suas potencialidades e em sua cultura, na definição, exploração de suas prioridades e especificidades, buscando competitividade numa conjuntura de intensas e aceleradas transformações (BOISIER, 2005:52).

A identidade própria de cada território se transforma, dessa forma, no sustentáculo e no fator que lhe faz tomar consciência de sua própria individualidade.

O desenvolvimento local é, conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (1998: 11):

[...] um resultado do prévio compromisso de uma parte significativa da população local, mediante o que se substitui à concepção tradicional do espaço como simples contigüidade física pela de um espaço de solidariedade ativa [...]. A mobilização da população local assegura num projeto desse tipo sua participação na formulação e implementação dos esforços da solidariedade local, na criação

de novas relações e dos habitantes da comunidade local na valorização dos recursos locais.

BOULEGAT (2000: 17) coloca que o lugar⁹ deve ser analisado sob dois ângulos: de dentro para fora e de fora para dentro.

Observado de dentro, o lugar é o plano do vivido. É a escala territorial passível de ser percebida, vivida, conhecida e reconhecida, através de seu uso direto. É a praça, a rua, o condomínio, a pequena vila ou cidade, o lugar rural, desde que permita o encontro coletivo e relações de afetividade. O lugar, em si mesmo, é suporte material para o ser humano existir e fonte de recursos naturais vitais. Assim, o trabalho resulta em materialidade do espaço social construído.

Ressaltamos que a construção do lugar ainda se realiza na dimensão simbólica. Ou seja, o ser humano identifica-se com o lugar vivido como materialidade impregnada de valores, que ganha significado pelo próprio uso cotidiano. A proximidade entre pessoas envolvidas em relações cotidianas e movidas por afetividade intensifica a comunicação (SANTOS, 1997).

O lugar é, portanto, onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões. Sendo assim, a ordem interna construída no lugar, tecida pela história e pela cultura, produz a identidade. Através dessa identidade é que o ser humano se comunica com o mundo. O momento criativo da consciência emerge quando os indivíduos conseguem apreender as raízes de sua cultura construída no lugar, nascida das relações profundas entre o ser humano e o meio, para voltar-se a mudanças capazes de garantir a integridade coletiva. Entretanto,

⁹ Para SANTOS (1997: 77), o lugar [...] se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar.

também é o lugar que indivíduos e coletividades estão submetidos às diversas formas de ameaças, podendo ter sua existência deteriorada.

Visto de fora, o lugar passa a ser uma unidade de interação com outros lugares conectados em rede, e também com a globalidade.

Nesse caso, os lugares se diferenciam sob forma de localizações dentro da rede, viabilizando ações de interesses específicos na constituição dos circuitos espaciais. Nessa perspectiva, a oportunidade acontece quando percebida no lugar. Esse processo significa combinações entre as particularidades do lugar, dadas pela ordem estabelecida internamente com temporalidade própria e as possibilidades oferecidas pelo global. O resultado da combinação vai depender, então, de condições pré-estabelecidas e de comportamentos e valores constituídos internamente em cada localidade.

No entanto, a viabilização do acontecer pode extrapolar a escala do lugar, na medida em que as potencialidades internas, para serem mobilizadas num âmbito externo, dependem de meios técnicos que ampliem a comunicação do lugar com outras localizações na rede. Apenas a soma de ordens locais com potencialidades internas pode não conduzir ao acontecer em relação à globalidade, se não ocorrer o processo de integração solidária no circuito espacial das redes organizacionais, possibilitando sinergias (HAESBAERT, 1995: 182).

Nessa dialética entre o lugar e o global, não podemos negligenciar as ordens sociais estabelecidas em escalas espaciais que vão além da escala do lugar. A articulação entre o lugar e o global ocorre, através das mediações dessas totalidades, hierarquicamente organizadas, a exemplo do país, estado, município, etc. Essas totalidades contêm os princípios que regem as dinâmicas da sociedade.

Frente a isto, podemos afirmar que no atual *mundo globalizado*, em que as relações entre o lugar e o mundo, mediadas pelos territórios político-institucionais, tornam-se cada vez mais relevantes, a ordem local transforma-se em força interna de desenvolvimento. As ações intencionais de agentes externos, ao incluir ou excluir o lugar no circuito das redes, podem constituir oportunidades ou ameaças à manutenção da integridade social do lugar. Contudo, a ação comunicativa do lugar, na proposição de novas formas de ajustamento dos comportamentos sociais aos futuros estágios de desempenho, constitui a força interna de desenvolvimento.

Na definição de VEIGA (2004: 137): *“Local é qualquer âmbito sócio-territorial delimitado pela permanência de um campo estável de interação de agentes humanos”*.

PAULICS (2001) afirma que:

[...] só é solidário quem se conhece minimamente, quem tem algum tipo de projeto comum. Não se desenvolve redes de relações solidárias por decreto. Estas redes são fruto de histórias em comum e formas de ver o mundo, são fruto da confiança que cresce no cotidiano de pessoas que se encontram e têm projetos conjuntos para o futuro.

Dessa forma, a organização local é um instrumento importante na relação com o Estado, na acepção autônoma que essa expressa colocando que relações de poder, acontecem, singularmente, na esfera local. O território que lhe é pertinente terá uma gestão integrada a tais relações, pela qual deve definir-se definindo um rol de normas, condutas e domínios. Considerando-se a fragilidade contemporânea do Estado no setor do planejamento e da promoção de bem estar, especialmente na escala local as questões referentes à administração transcorrem por estas outras formas de associação que vem exercendo funções

antes específicas do âmbito estatal. Além da questão estrutural, essa realidade tem se expressado em idéias e propostas que defendem alternativas voltadas ao próximo, nas comunidades locais (HEIDRICH *et al.* 2000: 209).

Logo, com o crescimento da quantidade de excluídos, o sentimento de pertencimento, de identidade com um grupo e deste com seu território, torna-se fundamental para consolidar a territorialidade, evitar a desterritorialização ou mesmo propiciar a reterritorialização dos indivíduos no lugar, dessa forma capacitando-os a interagir coletivamente na tomada de decisões.

Cabe salientar que a idéia de globalização é otimizada e, até mesmo otimista, no sentido de conectar todos os lugares e todas as pessoas. Na verdade, as ações continuam acontecendo no âmbito local e não no abstrato global (SANTOS, 1997; VEIGA, 2004). Suas perspectivas integradoras estão muito aquém do sugerido pelo termo, pois para um grande contingente, a globalização ainda não existe no sentido de assegurar o acesso às novas formas de conexão entre os lugares.

É inegável que o desenvolvimento e a evolução das redes técnicas foi determinante para a redução espaço-temporal entre os lugares. A velocidade, sob a égide das técnicas, redesenhou o mapa dos diversos fluxos em diferentes escalas e definiu o que se convencionou chamar de globalização.

SANTOS (1997: 25), define as técnicas como *“um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço”*, onde aqueles que têm acesso a tais técnicas tornam-se cada vez mais individualistas. Num momento onde o Estado distancia-se cada vez mais do modelo de atender ao bem-estar social, os grupos excluídos, mediados por ligações identitárias simbólico-culturais. Estes vislumbram a

possibilidade de organizarem-se para, dessa forma, beneficiarem-se coletivamente. O que pode ser observado pelo surgimento crescente de movimentos sociais político-ideologicamente atuantes (SCHERER-WARREN, 1996).

Essas organizações direcionam-se a que se classifica como uma sociedade autônoma, aquela capaz de defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. (SOUZA, 1995: 106).

Conforme lembra HAESBAERT (2003: 18) que o simples fato de vivermos em um espaço, já nos identifica socialmente e é na valorização simbólica do território que o processo de organização local das camadas excluídas é favorecido, embora muitas vezes esta tarefa seja árdua, pois envolve fatores muito subjetivos, como sentimentos de confiança e identidade coletiva, nos quais estará baseado e será fortalecido.

Este caráter é observado por MORELLI e FERREIRA (2003: 15) destacando que o desenvolvimento da capacidade crítica de uma comunidade é um processo que parte de uma visão focalista de seus problemas individuais ou dos problemas de sua pequena localidade, até situá-los como parte de problemas mais gerais, comuns a outros. Pouco a pouco, o grupo descobre a estreita vinculação entre os problemas locais e outros mais gerais para vê-los como parte de um contexto mais global.

Se pensarmos em termos de escala, DAVIDOVICH (2001) manifesta a importância do local como um espaço capacitado para assegurar eficiência e

produtividade, reunindo ações de cunho social e político que escapam à ação direta do mercado. Ou seja, ações de autonomia e organização sociais.

Sob esse ponto-de-vista, HEIDRICH *et al.* (2000: 210) salienta que a organização local torna-se cada vez mais necessária em função da perda de autonomia da sociedade local em favor de interesses da economia global. Ela se constitui numa alternativa que viabiliza às parcelas excluídas, o resgate de suas condições de cidadania.

Para inserir as parcelas excluídas, destacamos que um projeto social¹⁰ deve ser visto como um empreendimento dedicado a solucionar um problema, o que não significa apenas suprir carências sociais, mas também atender interesses públicos ou aproveitar oportunidades sociais. Na maioria das vezes, no entanto, os gestores de projetos sociais não experimentam os problemas que pretendem ver superados. É por isso que o sucesso de qualquer projeto social está diretamente relacionada ao envolvimento dos potenciais beneficiários, desde o processo de planejamento, passando pela implementação, acompanhamento, avaliação e, quem sabe, até a autogestão sustentável do projeto, num momento futuro. Isto só é possível se a gestão dos projetos sociais for conduzida como uma prática participativa (ABEGÃO, 2004).

Segundo aponta ZART (2004: 184):

Se as experiências iniciadas e implantadas pelos grupos sociais implicados na economia solidária ficarem isoladas, teremos um projeto fragilizador dos atores dos movimentos. Esta assertiva nos conduz à afirmativa da necessidade da constituição e da ampliação das redes, que simbolizam a passagem e a influência dos micro-espacos e das micro-iniciativas, para a estruturação e a relação da economia solidária na macro-organização, abrangendo políticas-públicas dos

¹⁰ Para ampliar a discussão sobre projeto social, ver ZART, L. L. (2004).

Estados nacionais. Além de romper estas fronteiras, estabelece contatos colaborativos e cooperativos entre os povos e culturas diversas.

Por isso, acreditamos que as redes de solidariedade dificultam ou mesmo impedem que os processos desterritorializantes impostos pelo *capitalismo* e pela globalização se efetivem, pois contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e autônoma.

Assim, a organização local é indispensável na conquista da autonomia da sociedade local, pois viabiliza a inclusão, resgatando a cidadania das parcelas (HEIDRICH *et al*, 2000: 210).

Acreditamos que o Poder Público pode desenvolver mecanismos para beneficiar as iniciativas autogestionárias.

Por esse motivo, prosseguiremos nossa discussão, apresentando algumas Políticas Públicas direcionadas à economia solidária, criadas nas esferas federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES DE SOLIDARIEDADE

Inegavelmente a criação e o desenvolvimento permanente de políticas públicas que beneficiem e fortaleçam a criação e a reprodução das redes de solidariedade é um dos pilares fundamentais na organização desse tipo de iniciativa. Isso deveria ocorrer de forma integrada nas diversas esferas governamentais, federal, estadual e municipal.

Algumas experiências, ainda que incipientes, vão-se destacando nesta direção.

CUNHA (2002: 135) coloca que as ações de fomento à economia solidária da Prefeitura Municipal de Santo André, no ABC Paulista, apesar de serem consideradas como políticas especiais, e não como prioridade estratégica do governo, são reconhecidas por representarem importantes avanços, especialmente se comparadas a iniciativas semelhantes de outros governos municipais que ainda se encontram em estágio inicial.

Por exemplo, no que diz respeito ao reconhecimento legal e à tributação das cooperativas, duas das áreas mais importantes em que o poder público pode apoiar a Economia Solidária, houve resultados positivos em Santo André. O Departamento de Geração de Trabalho e Renda (DGTR) elaborou um projeto de lei que consiste no primeiro marco regulatório sobre a Economia Solidária no município. O projeto de lei discorre sobre três pontos:

- 1) a isenção de taxas fiscais para os grupos e cooperativas durante seu período de incubação;
- 2) a possibilidade de as cooperativas realizarem convênios com a prefeitura (ao invés de serem contratadas através de licitação);
- 3) a regulamentação da cessão de uso para as cooperativas de espaços públicos que não estejam sendo utilizados.

Durante o ano de 2004, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária¹¹ promoveu o *Ciclo de Debates Sobre o Papel da Economia Solidária nas Políticas Públicas de Trabalho, Renda e Desenvolvimento*, que contribuiu para a elaboração de uma política pública de economia solidária que seja estruturada federativamente e que seja capaz de atenuar no combate efetivo às causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social.

No último seminário desse ciclo, realizado em Porto Alegre, nos dias 16 e 17 de novembro de 2004, tendo como tema central *Desenvolvimento Econômico Sustentável e Economia Solidária*, foi sistematizado um conjunto de diretrizes do que seria essa política pública de economia solidária.

Destacamos alguns pontos da concepção da Política Pública idealizada:

¹¹ Para saber mais ver Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A Contribuição dos Gestores Públicos (2004).

A economia popular solidária no Brasil é uma estratégia que surgiu no cerne das lutas sociais e resistências, contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades socioeconômicas cujo princípio é o do trabalho sobre o capital, de caráter autogestionário e associativo, que têm garantido a reprodução das condições de sobrevivência de milhares de pessoas, promovendo a inclusão e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização (Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária, 2004: 83).

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária¹² torna-se parte da construção do Estado, pois reconhece a existência de novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, proporcionando o acesso aos bens e recursos públicos para o seu desenvolvimento. O papel do Estado frente à Economia Solidária é o de impulsionar-lhe por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e fortalecimento desse segmento.

Logo, essa política pública de apoio à economia popular solidária, não deve ser compreendida como política de assistencialista ou compensatória. Deve caracterizar-se como uma alavanca emancipatória integrada às políticas de transferência de renda. Por se constituir numa política para o desenvolvimento e por dirigir-se a um conjunto da população historicamente excluída e também para as vítimas da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho.

¹² Entendemos que a organização em redes é uma consequência praticamente inerente à criação de Políticas Públicas voltadas ao fomento da Economia Solidária.

Por um lado essa política precisa de ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para impulsionar a emancipação e a sustentabilidade. Por outro, é fundamental, que a política leve em consideração a heterogeneidade das formas de organização e dos sujeitos integrantes dessa economia, bem como da diversidade de suas demandas e necessidades. Assim, é necessário estruturar a política para permitir o acesso integrado, múltiplo e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, atingindo patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento e pertencimento social (Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária, 2004: 83).

Por fim, a política de fomento à Economia Popular Solidária deve reconhecer e viabilizar a organização social dos trabalhadores, bem como de sua importância no cenário político, base para a institucionalização de direitos, para a interlocução com o Estado fortalecendo as esferas públicas democráticas no país.

2.1 Âmbito Federal

Com o intuito de dinamizar e fortalecer a Economia Solidária, o Governo Federal estruturou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em junho de 2003 e ao longo do ano desenvolveu ações de estruturação interna, de interlocução com a sociedade civil com os diversos setores do próprio MTE e com outros órgãos governamentais.

Foi em 2004 o primeiro ano em que a SENAES contou com orçamento próprio. Neste contexto teve como desafio a implementação do Programa *Economia Solidária em Desenvolvimento* e a institucionalização dos procedimentos de execução de suas políticas e dos recursos orçamentários disponíveis. Foi considerado um ano de experiência, onde a partir das questões demandadas pela sociedade civil e pelas políticas do Governo Federal, a SENAES ampliou a esfera de suas ações e experimentou diferentes instrumentos para o desenvolvimento de sua política e realização de seus objetivos.

Daí, a partir de 2005, algumas idéias foram amadurecidas. Houve definição de prioridades e consolidação de instrumentos que levassem ao fortalecimento da Economia Solidária no Brasil.

A elaboração do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e a definição de suas ações e prioridades para 2005 e 2006 expressaram a plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o diálogo com a

sociedade civil, a inserção da SENAES no MTE e a articulação com as demais políticas de geração de trabalho e renda, de combate à pobreza e de inclusão social do Governo Federal e de outros entes federativos.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento tem como objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Relaciona-se, portanto, com os objetivos da política do MTE, isto é, crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais, ao desenvolver políticas de fomento e estímulo às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão (sítio do MTE/ SENAES na web).

Entendendo que na Economia Solidária encontram-se milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação, o MTE assume, para além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores.

São iniciativas de ONG's voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção–consumo–comercialização; instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores, organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, dentre outras.

Políticas de geração de renda para a inclusão daqueles menos favorecidos na sociedade, a fim de que exerçam a cidadania com dignidade, têm,

obrigatoriamente, que levar em consideração, em níveis iguais de importância, tanto o emprego quanto a relação de trabalho que não patrão-empregado.

É propósito da SENAES, em consenso com a missão do MTE, combater a desigualdade e a exclusão social mediante a operacionalização do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

Para cumprir seu objetivo o Programa busca ainda integrar e articular diversas políticas que vem sendo desenvolvidas pelo Governo Federal, além de criar instrumentos para potencializá-las, conforme a Figura 5.

Figura 5 Quadro demonstrativo dos Programas/ Ações coordenados pela SENAES em parceria com outros Entes Governamentais

Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – BNB	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a parceria estabelecida com o Banco do Nordeste do Brasil para apoiar as experiências de fundos rotativos para crédito a empreendimentos econômico-solidários em fase de estruturação.
Apoio às Agências de Fomento à Economia Solidária	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, com o Banco do Brasil e com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), chamada de projetos apresentados por agências de fomento à Economia Solidária.
Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar seminários nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para qualificação de universidades; • Apoiar 15 novas incubadoras na estratégia de interiorização das mesmas; • Promover nova chamada para apoio a projetos de 33 universidades contempladas em 2004.
Projetos Especiais	<ul style="list-style-type: none"> • Atender às demandas da sociedade civil ou outros órgãos governamentais que não se identificam com as linhas prioritárias e objetivam fomentar a geração de trabalho e renda; • Sistematizar a experiência adquirida com esta linha, definindo novas prioridades para apoio.

Fonte: Secretaria Nacional da Economia Solidária, 2005.
Adaptado pela autora.

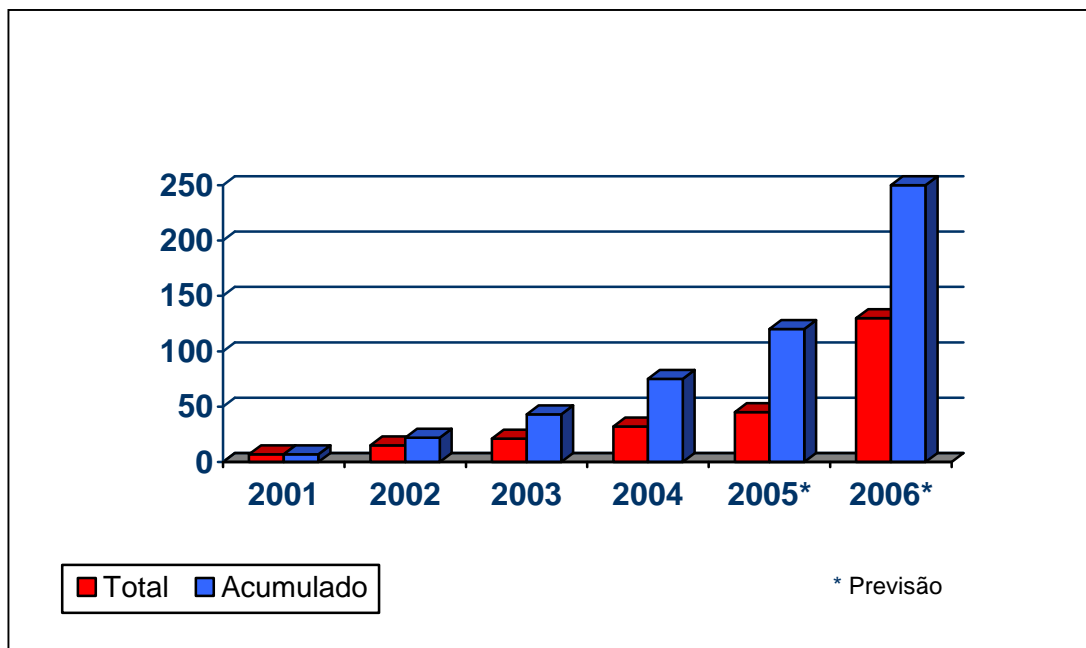
2.2 Âmbito Estadual

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul desenvolve, desde 2001, através da Secretaria Estadual do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (SEDAI), o Programa *Redes de Cooperação*, que tem por objetivo promover a cultura associativa, rompendo paradigmas da competição individualista.

As redes que compõem o programa reúnem empresas que tenham objetivos comuns na mesma área de atuação. É formada uma entidade jurídica estabelecida com uma nova e única marca, englobando todas as associadas. Porém cada empresa segue mantendo sua independência e sua individualidade. Funciona em conjunto com universidades conveniadas¹³ e a ação disponibiliza, sem qualquer custo para as empresas, a infra-estrutura necessária para a execução do programa. Oriundos dessas instituições e capacitados pela SEDA, os consultores tornam-se peças fundamentais para as redes e garantem a elas mais do que apoio especializado, acompanhando cada etapa da implementação da metodologia das redes, mediando conflitos, motivando os empresários e ampliando sempre as perspectivas.

¹³ Universidades conveniadas ao Programa Redes de Cooperação: Feevale; PUC RS; UCPel; UCS; UFSM; Unicruz; Unijuí; Unisc; Unisinos; URI.

Gráfico 1 Quantidade de redes lançadas pelo Programa Redes de Solidariedade



Fonte: Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais/ Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O Gráfico 1, demonstra o crescimento na quantidade de empresas abraçadas pelo Programa. Em 2001, quando foi iniciado, eram 7 redes, em 2005, 120 e, a previsão para 2006 é de que 250 redes componham o Redes de Cooperação.

Passados cinco anos desde a implementação (os dados mais atuais fornecidos pela SEDAI datam de 2005), ainda são grandes os desafios a serem enfrentados pelo Programa. Por isso, o processo é baseado em inovações e melhorias contínuas, ampliando o número de redes, no comércio/ varejo, indústria, serviços e agronegócios, e, principalmente, desenvolvendo as já existentes (ANEXO 1).

A consolidação dos números alcançados até então permite a projeção de ampliação do Programa com a constituição de 130 novas redes até o final de 2006, atingindo a marca de 5 mil empresas participantes.

2.3 Âmbito Municipal

Em junho de 2006, foi lançada, em parceria com a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), a Central de Economia Solidária de Porto Alegre (Cespa), com o objetivo de trazer para a formalidade as iniciativas produtivas e organizar empreendimentos espalhados por bairros e vilas da cidade.

A entidade reúne 42 empreendimentos, aos quais estão ligadas 1486 pessoas nas áreas de cooperativas, associações e iniciativas autogestionárias.

Em entrevista realizada em setembro de 2006, com o Supervisor de Economia Solidária da SMIC, Rogério Luís Karpinsky, foi relatado que a Prefeitura de Porto Alegre disponibiliza quatro espaços para a comercialização da produção da Cespa: Shopping Total, Mercado Público, Mercado do Bom Fim e Viaduto da Avenida Borges de Medeiros, pois a Prefeitura entende que a principal dificuldade dos empreendimentos autogestionários é justamente encontrar locais nobres para a venda.

Em síntese os segmentos da Cespa pertencem às áreas de artesanato, confecção, alimentação e agricultura familiar. Grande parte das iniciativas está localizada no Morro da Cruz, Sarandi, Restinga e Lomba do Pinheiro¹⁴.

¹⁴ Bairros da periferia de Porto Alegre, que, através das Associações Comunitárias de Moradores, vêm-se organizando para geração de trabalho.

Por meio da Governança¹⁵ Solidária Local, a Central de Economia Solidária desenvolveria um trabalho voltado a Economia Solidária nos bairros, porém essa iniciativa ainda não foi consolidada. Os idealizadores da Cespa, intencionam revitalizá-la ainda em 2007, dando andamento ao que foi primeiramente proposto, bem como ampliar o projeto, dinamizando as atividades e fortalecendo a entidade, contribuindo para que mais pessoas possam ser beneficiadas pela iniciativa, pois, nos espaços cedidos pela Prefeitura, onde é comercializado principalmente artesanato (roupas, bijuterias, brinquedos, utilidades domésticas, entre outros), infelizmente, apenas algumas trabalhadoras e trabalhadores têm a possibilidade de expor o que produzem para a comercialização (de 20 a 30 pessoas), pois o espaço físico dos estabelecimentos é restrito. Os recursos obtidos com as vendas são repassados diretamente a quem produziu, ou seja, a pessoa recebe pelo que vender. No caso das cooperativas, os recursos são repassados e divididos conforme o estatuto de cada entidade.

A alternativa encontrada é a realização periódica de feiras, como a de Natal e a comemorativa à semana das Mães, que já fazem parte do calendário permanente. Também são realizadas feiras regionais que agregam uma grande quantidade de expositores e estão se tornando cada vez mais freqüentes em Porto Alegre, uma vez que, trata-se de trabalhadoras e trabalhadores que sobrevivem da comercialização do que produzem em pequena escala e, que na falta de espaços permanentes para tal, organizam-se periodicamente com vistas a garantir a geração de renda.

¹⁵ SIRKIS, A. (1999), explica a diferença entre Governança e Governabilidade, colocando que a primeira diz respeito à maior ou menor eficiência da máquina administrativa pública, enquanto que a segunda refere-se às circunstâncias gerais políticas, socioeconômicas, culturais e psicossociais em que a administração pública é exercida.

PROGRAMA DE GOVERNANÇA SOLIDÁRIA LOCAL

“A Governança Solidária Local (GSL) é uma rede intersetorial e multidisciplinar organizada territorialmente para promover espaços de convivência visando potencializar a cultura da solidariedade e cooperação entre governo e sociedade local. Seu objetivo é estimular parcerias baseadas nos princípios da participação, autonomia, transversalidade e na co-responsabilidade em favor da inclusão social, aprofundando o comprometimento das estruturas de governo com as comunidades locais em ambiente de diálogo e pluralidade, e estabelecendo relações com a sociedade cada vez mais horizontalizadas” (Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local).

A GSL é um processo que promove um ambiente social dialógico e cooperativo na busca do desenvolvimento sustentável¹⁶ local.

Em síntese, esse programa visa experimentar um novo sistema de governança permeado pela articulação de redes sociais de participação política democrática, iniciado primeiramente nas 17 regiões do município e, posteriormente, nos seus bairros e vilas.

Por meio dessas redes de base territorial as ações de governo e as iniciativas da sociedade podem ser ajustadas e sinergizadas em prol do desenvolvimento das pessoas e comunidades nas localidades em que vivem, moram e trabalham, em todo o município.

Segundo a Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, trata-se de um novo sistema de governança porque, baseado na

¹⁶ Segundo a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), o conceito de Desenvolvimento Sustentável é definido como *A habilidade de assegurar as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de cobrir suas próprias necessidades.*

O Desenvolvimento Sustentável deve enfatizar o desenvolvimento como incremento de riqueza material, como aumento da qualidade de vida e a reprodução das condições sociais, materiais e institucionais para seguir adiante com o desenvolvimento (ver CASTELLS & BORJA, 2000).

democracia participativa e na parceria entre governo e sociedade, estimula o empreendedorismo dos cidadãos e a sua co-responsabilidade na gestão compartilhada das ações públicas.

Esse novo sistema de governança foi chamado de *Governança Solidária Local*, pois aposta na cooperação e na ajuda mútua entre instituições governamentais e não-governamentais e entre pessoas que voluntariamente se dispõem a participar da iniciativa, favorecendo a obtenção de objetivos comuns de desenvolvimento com a inclusão social de cada localidade, tendo como base a territorialidade constituída por regiões, bairros e vilas.

Para implementação efetiva deste Programa são capacitados os agentes, do governo e da sociedade, que cumprem o papel de articuladores e animadores das redes de GSL. Esta capacitação dá-se na forma de uma interação governo-sociedade, a partir de uma compreensão da realidade local, visto que os agentes da sociedade são, *a priori*, pessoas familiarizadas com as reais necessidades locais.

Posteriormente, esses agentes se deslocam para as 17 regiões escolhidas (que funcionam como regiões do Orçamento Participativo), como representado na Figura 6 (p. 52) com o intuito de montar uma equipe de articulação da rede de GSL em cada região. Essa equipe, composta por pessoas do governo (representantes da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local), nucleadas em um comitê gestor, e da sociedade, se dedica a conectar, numa rede de âmbito regional, as principais lideranças governamentais, empresariais e da sociedade civil que atuam na região.

As equipes de articulação começam a planejar participativamente o futuro de cada região, estabelecendo metas e ações prioritárias. Constituem

comunidades de projeto em torno de futuros desejados e compartilhados e fazem diagnósticos não apenas das necessidades, mas, sobretudo dos ativos já existentes, considerados potencialidades. Tudo deve ser validado por um público maior, que já está conectado nas redes articuladas em cada região.

As ações prioritárias escolhidas e validadas pela rede, constituem a agenda anual de cada região, a qual deve ser realizada com recursos do governo e, principalmente, da própria sociedade, recursos esses mobilizados e alavancados pelas redes que foram articuladas.

Inicialmente cerca de 1200 agentes estão envolvidos diretamente nesse trabalho, sendo que menos de 15% desse contingente serão funcionários governamentais, o que multiplicará em muito o capital (sobretudo humano e social) de que pode dispor a Prefeitura.

Progressivamente o programa se estendeu aos bairros da cidade, envolvendo a participação de cerca de 12 mil agentes voluntários. Daí em diante o processo pode se replicar pelas vilas, sem a necessidade de um maior protagonismo governamental. Deixando, portanto, de ser um programa específico de um governo e passando a ser uma dinâmica emergente e endógena de governança, contribuindo para enraizar um novo padrão de relação entre Estado e sociedade.

A GSL pretende transformar Porto Alegre na *Cidade-Rede*, uma cidade que antecipa futuro ao ensejar que o cidadão e as comunidades, dentro de um ambiente de democracia participativa, exerçam de fato a sua cidadania como direito e como responsabilidade em prol do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento da cidade como um todo, isto é, trata-se de desenvolvimento tomado em termos integrais ou sistêmicos, compreendendo a dinamização dos

programas integrados, multisetoriais, voltados para os eixos considerados prioritários¹⁷ do governo municipal de Porto Alegre (Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Governança Solidária Local – Porto Alegre Cidade-Rede. Documento de Referência: 6).

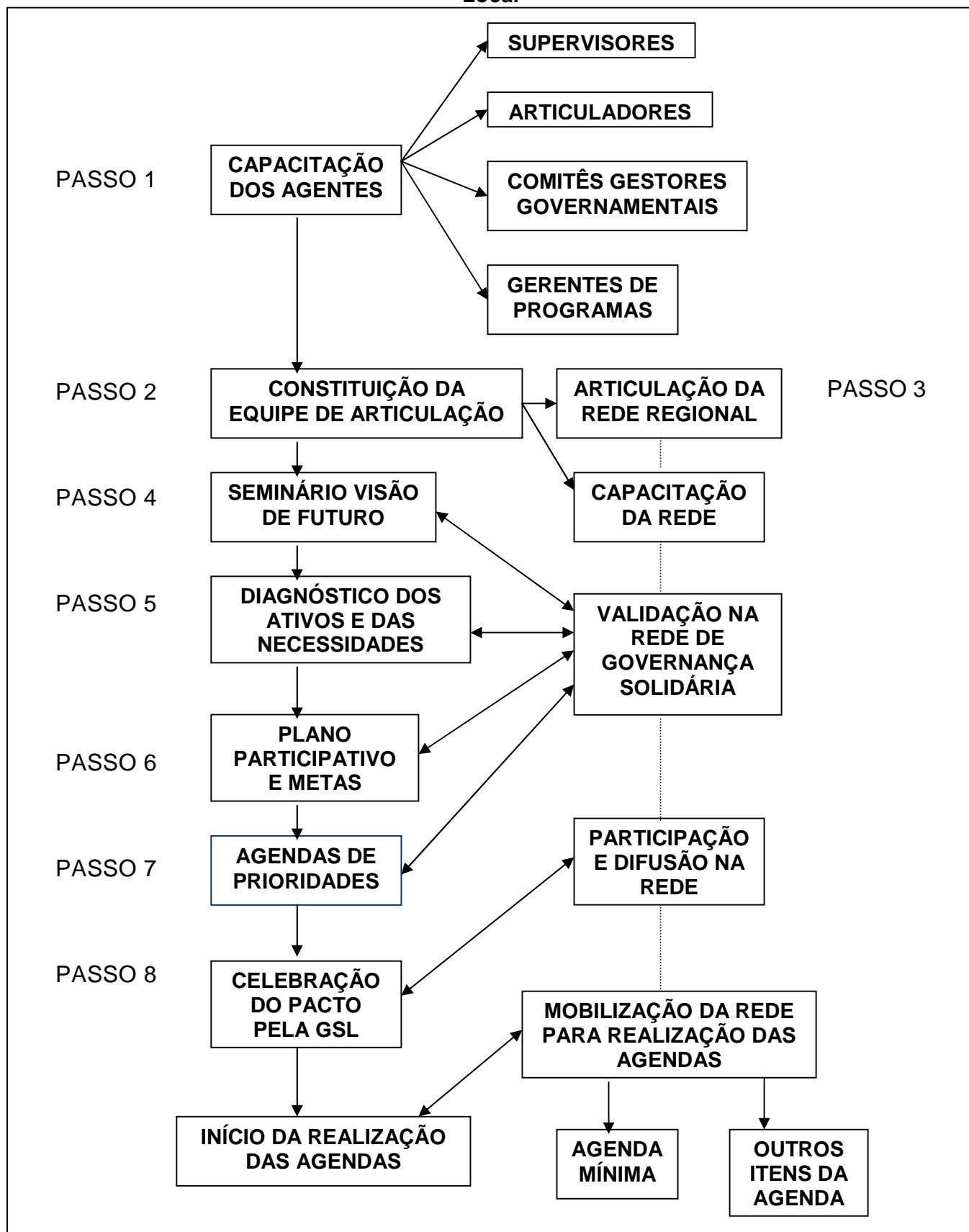
Conforme o que informa a Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, destacamos os passos para a implantação da Governança Solidária Local em um Primeiro Circuito de abrangência territorial, nas 17 regiões do município (16 regiões do Orçamento Participativo, mais Ilhas).

AÇÃO PRELIMINAR – O processo de implantação da Governança Solidária Local é desencadeado com o anúncio e a discussão da proposta com lideranças de todas as 17 regiões, pela Secretaria de Municipal de Coordenação Política e Governança Solidária Local, com a participação de outras Secretarias e órgãos do Governo Municipal. Este processo envolve a formação dos Comitês Gestores nas 17 regiões.

Após a Ação Preliminar, são encaminhados os próximos passos, conforme a Figura 5:

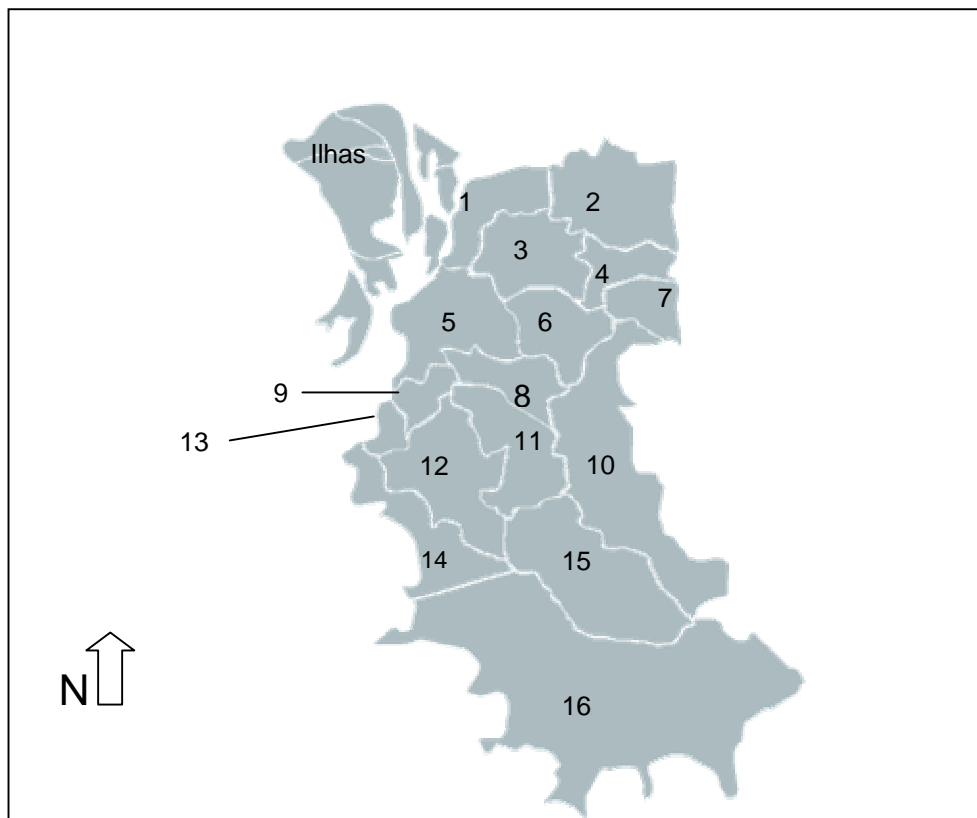
¹⁷ Programa Integrado da Infância e Juventude Protegida, o Programa Integrado de Saúde da Família, o Programa Integrado de Combate à Pobreza e Promoção da Cidadania e o Programa Integrado da Vizinhança Segura. Estes programas são guiados e deverão estar de pleno acordo com as Metas do Milênio da ONU, por meio do Programa Estratégico para o Alcance das Metas de Inclusão Social.

Figura 5 Fluxograma de implantação do Programa de Governança Solidária Local



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Governança Solidária Local – Porto Alegre Cidade-Rede. Documento de Referência, 2005. Adaptado pela autora.

Figura 6 Regiões da Governança Solidária Local em Porto Alegre¹⁸



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local. Programa Governança Solidária Local.

Adaptado pela autora.

18

Ilhas: Arquipélago;

1 – Humaitá/Navegantes: Anchieta, Farrapos, Humaitá, Navegantes, São Geraldo;

2 – Norte: Sarandi;

3 – Noroeste: Boa Vista, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim Floresta, Jardim Itu,,Jardim Lindóia, Jardim São Pedro, Passo da Areia, Santa Maria Goretti, São João, São Sebastião, Vila Ipiranga;

4 – Eixo Baltazar: Passo das Pedras, Rubem Berta;

5 – Centro: Auxiliadora, Azenha, Bela Vista, Bom Fim, Centro, Cidade Baixa, Farroupilha, Floresta, Independência, Jardim Botânico, Menino Deus, Moinhos de Vento, Mont’Serrat, Petrópolis, Rio Branco, Santa Cecília, Santana;

6 – Leste: Bom Jesus, Chácara das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, Jardim Sabará, Morro Santana, Três Figueiras, Vila Jardim;

7 – Nordeste: Mario Quintana;

8 – Partenon: Coronel Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José, Vila João Pessoa;

9 – Cruzeiro: Medianeira, Santa Tereza;

10 – Lomba do Pinheiro: Agronomia, Lomba do Pinheiro;

11 – Glória: Belém Velho, Cascata, Glória;

12 – Centro-Sul: Camaquã, Campo Novo, Cavalhada, Nonoai, Teresópolis, Vila Nova;

13 – Cristal: Cristal;

14 – Sul: Espírito Santo, Guarujá, Hípica, Ipanema, Pedra Redonda, Serraria, Tristeza, Vila Assunção, Vila Conceição;

15 – Restinga: Restinga;

16 – Extremo Sul: Belém Novo, Chapéu do Sol, Lageado, Lami, Ponta Grossa.

Infelizmente, na maioria dos casos, as iniciativas que se voltem à prática da Economia Solidária, contam com pouquíssimo ou nenhum apoio e/ ou auxílio do Poder Público em nenhuma escala, seja federal, estadual ou municipal.

O que comumente acontece é a articulação de um grupo de pessoas, normalmente com alguma habilidade em comum (artesanato, confecção, agroecologia familiar, etc.) e, muito freqüentemente, sem perspectivas de ingressar no mercado formal de trabalho, que se organizam, muitas vezes buscando apoio em entidades como ONG's, por exemplo, e, a partir daí, começam a produzir, comercializar e sobreviver do próprio trabalho.

Dessa forma, continuaremos a exposição de nossas idéias, destacando as redes de solidariedade, propriamente ditas, primeiramente de forma mais abrangente, argumentando sobre a cidade de Porto Alegre e, em seguida, do caso específico da Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS), que assinalamos como o objeto de nosso estudo.

CAPÍTULO III

REDES DE SOLIDARIEDADE EM PORTO ALEGRE

Neste contexto de mudanças e busca de melhores condições para se viver é que Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, durante a administração municipal de gestão da Frente Popular (1989-2004) acolheu diferentes projetos de participação popular e que se consolidaram ao longo dos anos. Porto Alegre passou a ser referência e é reconhecida por seu histórico político e pela organização e participação popular como um exemplo de cidadania e de democracia.

Cidade brasileira com cerca de 1,5 milhões de habitantes¹⁹, Porto Alegre em janeiro de 2001, transformou-se na sede do *Fórum Social Mundial*, reunindo milhares de ativistas dos movimentos sociais, intelectuais e políticos visando debater alternativas ao processo de mundialização do capital e a hegemonia dominante das grandes potências mundiais. Sob o lema *um outro mundo é*

¹⁹ Segundo censo populacional realizado pelo *Instituto Brasileiro de Economia e Estatística*, no ano 2000. Outros dados poderão ser encontrados em: www.ibge.gov.br

possível²⁰, a cidade foi escolhida para ser a sede do *Fórum Social Mundial* devido à sua experiência de democracia direta na gestão urbana implantada por seu governo local, conhecida mundialmente como Orçamento Participativo – sistema deliberativo participativo dos recursos municipais²¹ (UEDA e SOARES 2003, 2005) que, em última instância, insere as camadas socialmente excluídas de maneira autonomista, pois a sociedade organiza-se para definir e decidir suas necessidades e prioridades (SOUZA, 2000), ponto-de-vista compartilhado por VILLASANTE (2002: 182): [...] *criar ‘alternativas de sociedade’, processos instituintes que remobilizem as democracias até fazê-las participativas e no maior grau possível.*

No encaminhamento de formas de organização, VILLASANTE (2002) apresenta os quatro tipos de redes que, para ele, *constroem alternativas*:

1) *Redes internacionais de pensamento/ ação*. Nessas redes há estilos e problemas em comum em todas as escalas de ação, como, por exemplo, meio ambiente, pobreza e direitos humanos, que se materializam em movimentos como o *Greenpeace*, fóruns contra a acumulação monetarista-especulativa (paralelos a grandes reuniões de organismos como o Fundo Monetário Internacional), Anistia Internacional.

2) *Redes regionais de economias populares solidárias*. Nelas os acordos entre o Estado, o mercado e o terceiro setor impulsionam economias locais ou regionais, que vão além de microempreendimentos. O Estado (regional ou local) desempenha sempre um papel importante para uma planificação muito participativa onde, por auto ou co-gestão, as decisões são tomadas com o

²⁰ Para saber mais sobre o Fórum Social Mundial ver: <http://www.forumsocial.org>

²¹ O Orçamento Participativo serviu de exemplo para muitas cidades do mundo, entre elas estão: Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Motevidéu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC) e Belo Horizonte (MG).

terceiro setor civil e mesmo empresas locais (frente às transnacionais) firmam estratégias com o terceiro setor e o governo. Um dos exemplos dessas redes é o Orçamento Participativo de Porto Alegre.

3) *Redes associativas do terceiro setor e do terceiro sistema*. Se, por um lado, as redes internacionais, regionais e/ ou metropolitanas encontram na globalização neoliberal um meio adverso que dificulta sua consolidação e extensão, por outro, as experiências locais precisam de redes mais amplas para não ficar isoladas e sem perspectivas. Nesse sentido, as redes regionais e/ ou globais podem permitir às redes locais transcender da sua constituição basicamente defensiva e muito concreta, voltada para algum problema do cotidiano, passando a uma visão mais ampla do desenvolvimento alternativo integral. Porém, ainda que o pensamento possa ser mais global, a ação tem que ter raízes muito locais. (VILLASANTE, 2002: 216)

E o quarto modelo, aquele que, diante dessa lógica, encaixaríamos a RICS:

4) *Redes informais e condutas transversais*. Apesar de o individualismo ser tema discutido reiteradamente, as decisões são tomadas a partir da *rede de comunicação* por onde o indivíduo se move, pois se pode deduzir que *em cada sujeito, coexistem diversas redes de identificação [...]*. (VILLASANTE, 2002: 222).

A total marginalização e precariedade de recursos a que alguns estratos sociais estão submetidos, inviabiliza qualquer pretensão participativa, não só no âmbito político, mas também nas mais simples atividades, como consumo de bens de primeira necessidade, trabalho e lazer. Essas carências são superadas, ou minimizadas, quando uma população consegue transpor as dificuldades através do trabalho cooperativo ou associativo.

Assim, as redes de solidariedade constituem mais do que uma estratégia frente à exclusão social, mas uma alternativa de inserção e, conseqüentemente, de participação, ainda que os interesses dos agentes que às compõem estejam muito mais ligados à sobrevivência sócio-identitária e manutenção territorial do que à competitividade mercadológica global.

As redes de solidariedade nascem, mediadas pela proximidade e pela convivência, da necessidade de resolver problemas em comum de uma comunidade, cujas soluções beneficiam a todos os envolvidos. Seu caráter inclusivo possibilita, além da integração dos indivíduos em torno de ideologias e propostas comuns, a continuidade do trabalho, o desenvolvimento de novas propostas e a ruptura com um *status quo* político-ideologicamente verticalizado e sem expectativas para essas parcelas da população.

Logo, as redes de solidariedade dimensionam de forma muito apropriada o sentido dinâmico da organização local em prol de interesses coletivos, pois se apresentam de forma orgânica, com dinâmica própria modificando-se de acordo com as necessidades dos indivíduos envolvidos. Estas experiências de organização local na construção e na continuidade dos projetos são inúmeras, cada vez mais freqüentes e bem sucedidas.

Da necessidade de interagir, integrar, participar, sentir-se incluído é que observamos diversas iniciativas surgirem e garantirem a reprodução social de um grande contingente humano.

Mais do que imperativo mercadológico, essas redes de solidariedade resgatam ou mesmo apresentam a dignidade a essas pessoas, pois gerar o fruto do próprio sustento é somente o que essas pessoas querem. Direito que lhes deveria ser assegurado.

Assim, acreditamos que com os subsídios do que foi mencionado, podemos abordar com maior propriedade o estabelecimento da RICS, enquanto rede de solidariedade.

3.1 Empreendimentos solidários: o caso da Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS)

O final do século XX, mais precisamente suas duas últimas décadas, apresentou um diferencial no contexto brasileiro, assim como nos demais países chamados *em desenvolvimento*, onde mesmo quando houve crescimento, os índices de desemprego mantiveram-se altos, resultado de uma política de reestruturação produtiva com significativa eliminação de postos de trabalho formal e, por conseguinte uma crescente informalização do contingente da força de trabalho.

Na cidade de Porto Alegre, em fevereiro de 2005, a taxa de desemprego atingiu 14,3% da população economicamente ativa (PEA) representando cerca de 258 mil desempregados. Entre as mulheres, descendentes afros e jovens com baixa escolarização a taxa de desemprego chegou próximo aos 25% (DIEESE, 2005).

Através do subemprego, do trabalho temporário ou de diversas atividades informais com baixa rentabilidade e alta instabilidade, manifesta-se a resistência em busca da sobrevivência praticada pelos diversos setores sociais atingidos.

Estes segmentos da população têm apresentado formas de sobrevivência empreendedoras, individuais ou em grupos, assentadas no próprio conhecimento adquirido anteriormente na tradição familiar, no antigo trabalho ou em cursos profissionais geralmente dissociados da sua inserção laboral. Estas formas espontâneas de trabalho constituem atividades empreendedoras caracterizadas

pela baixa mobilização de recursos financeiros, descapitalizadas. São atividades intensivas em trabalho, com poucos e defasados meios de produção, nenhuma tecnologia ou processo inovativo; os trabalhadores carecem de noções de gerência, controle, custos, vendas e marketing para a comercialização do que produzem.

Neste contexto, as mulheres da periferia de Porto Alegre que, como das demais cidades de médio e grande porte, têm assumido importante papel na responsabilidade da reprodução e manutenção do núcleo familiar, como podemos observar na Tabela 3 (p. 63) e no Gráfico 2 (p. 64).

No entanto, encontram maior dificuldade para cumprir a educação formal e adquirir profissionalização e acabam ocupando-se das atividades mais precarizadas e instáveis disponíveis. Considerando apenas as mulheres, o índice de desemprego sobe para próximo de 17,4%.

Uma das atividades que tem servido como alternativa concreta de geração de trabalho e renda, em particular para as mulheres, é a confecção. No segmento de confecção a Associação dos Empreendimentos Solidários EMREDE do Rio Grande do Sul (EMREDE) e a ONG Guayí têm atuado diretamente junto à quatro empreendimentos que compõem a Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS).

O desafio é proporcionar melhores condições para uma inserção econômica sustentada destes empreendimentos solidários²², possibilitando maior

²² A SENAES considera Empreendimento de Economia Solidária a organização que possua as seguintes características: organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários/as ou co-proprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados; organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica; organizações que podem dispor ou não

agregação de valor na produção, com conseqüente aumento de renda para os trabalhadores e respectiva acumulação em meios de produção, tecnologias, conhecimentos e inclusão social. A necessidade da gestão coletiva – autogestão – imprescindível para conquistar espaços no mercado que garantam efetivação e agregação de renda só será construída através da prática concreta da atividade econômica sistemática e organizada, com apoio técnico na formação para a autogestão e na busca de oportunidades de negócios gerando resultados econômicos.

A RICS está se consolidando a partir de um convênio firmado entre a ONG Guayí e o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), que permite a incubação externa de quatro unidades produtivas, sendo que três encontram-se inseridas nos seus bairros e articuladas com suas associações comunitárias e uma funciona dentro do Presídio Feminino Madre Pelletier.

A RICS é um segmento articulado pela EMREDE e envolve o GHC e cinco empreendimentos associados:

1) *ONG Guayí*, responsável pela incubação externa dos empreendimentos e da RICS, que envolve gestão, planejamento, qualificação, gestão ambiental e ampliação da RICS, assim como acompanhamento, formalização e formação das quatro unidades produtivas e trabalhadores envolvidos.

de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios/as trabalhadores/as), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização; e organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

2) Empreendimento de costura *Costurando e Tecendo Cidadania*, que possui apoio e inserção comunitária, localiza-se junto à Associação Comunitária Campo da Tuca, no bairro Partenon.

3) Empreendimento de costura *Grupo Costurando e Inovando Ações Solidárias*, que possui inserção e apoio comunitário e localiza-se dentro da incubadora popular comunitária do Loteamento Cavahada.

Mais recentemente, foi disponibilizado aos grupos mencionados, o aporte técnico para o corte e modelagem dos tecidos, já que o empreendimento responsável por essa atividade desvinculou-se da rede.

4) Grupo de costura *Liberdade*, composto por oito apenadas do Presídio Feminino Madre Pelletier, ocupa uma sala dentro do presídio, sob responsabilidade da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE), da Secretaria da Segurança e Justiça, do Governo Estadual e da Guayí.

5) Grupo de costura *Fênix*, localizado no município de Cachoeirinha.

Através deste convênio, O GHC se responsabiliza pelo fornecimento dos insumos e matérias primas para a produção de 14.500 peças mensais de roupas hospitalares pela RICS por doze meses, e pela orientação técnicas de corte e costura e acompanhamento nos três primeiros meses de produção. Atualmente as unidades produtivas contam com cerca 27 trabalhadores²³.

A concepção deste projeto é ampliar a RICS, através da identificação de novas unidades produtivas em outras regiões da cidade ou região metropolitana, e da ampliação das unidades existentes ao agregar mais trabalhadores, a identificação de novos parceiros, onde a RICS possa ofertar produto de qualidade, com custos menores que o mercado, contribuindo para a consolidação

²³ A imprecisão deve-se ao fato da ampliação no quadro de trabalhadoras e trabalhadores em função dos grupos de corte que a Guayí está engajada em capacitar.

de um novo processo produtivo baseado na solidariedade, na autogestão, e na união de pequenos empreendimentos em forma de rede.

As concepções de incubação da RICS são *sociais e econômicas*. *Sociais* porque os empreendimentos incubados²⁴ são selecionados entre aqueles que têm pouca produção e seus trabalhadores com pouca chance de serem incluídos no mercado formal de trabalho, significando a viabilização de trabalho e renda. E *econômicas* constituindo a criação e fomento de novas formas de organização e atuação no mercado, sugerindo e intervindo para a consolidação de um modelo econômico sustentável baseado na autogestão, cooperação e solidariedade.

O projeto da RICS insere-se na mobilização nacional de combate à fome e nas políticas públicas de geração de trabalho e renda para população atingida pelo desemprego e pela exclusão social.

A concepção do projeto é organizar os trabalhadores em unidades de produção em seus locais de moradia fortalecendo os laços comunitários e solidários, com aposta no desenvolvimento local sustentável e na consolidação da economia popular e solidária, objetiva trabalhar com grupos em que 95% das integrantes são mulheres. Destacamos a participação da maioria de mulheres, pois são elas que mais enfrentam situação de vulnerabilidade.

O crescente quadro de feminilização da pobreza e miséria no Brasil coloca como um desafio articular ações concretas que superem as desigualdades entre homens e mulheres, considerando que as mulheres ainda são as principais responsáveis pela execução de determinados papéis sociais, como o cuidados dos filhos, a organização da vida doméstica, etc., com o agravante das dificuldades reais de inserção no mercado de formal de trabalho.

²⁴ Período em que o empreendimento recebe apoio técnico e jurídico, planejamento, gestão, prospecção de mercados, etc., objetivando desvincular-se da entidade que lhe concede este suporte, encaminhando-se para a autogestão.

Ademais, histórica e normalmente, as atividades desempenhadas pelas mulheres concentram-se em sua compatibilidade com a reprodução, supondo escassa mobilidade física, tendendo a diferir conforme as hierarquias das classes, as atividades atribuídas às mulheres são, comumente, uma extensão de seu trabalho doméstico e quando a mulher trabalha como assalariada se encontra em atividades menos constantes e mal pagas (VELEDA da SILVA, 2003: 69).

As profundas transformações pelas quais a sociedade brasileira passou, sejam demográficas, socioeconômicas ou culturais nos últimos anos do século passado, repercutiram intensamente nas diferentes esferas da vida familiar. As tendências que mais se destacaram quanto às formas de organização doméstica foram a redução do tamanho das famílias e o crescimento da proporção das famílias, cujas pessoas responsáveis são mulheres.

Em 2000, o censo demográfico do IBGE verificou que 24,9% dos domicílios tinham mulheres como responsáveis.

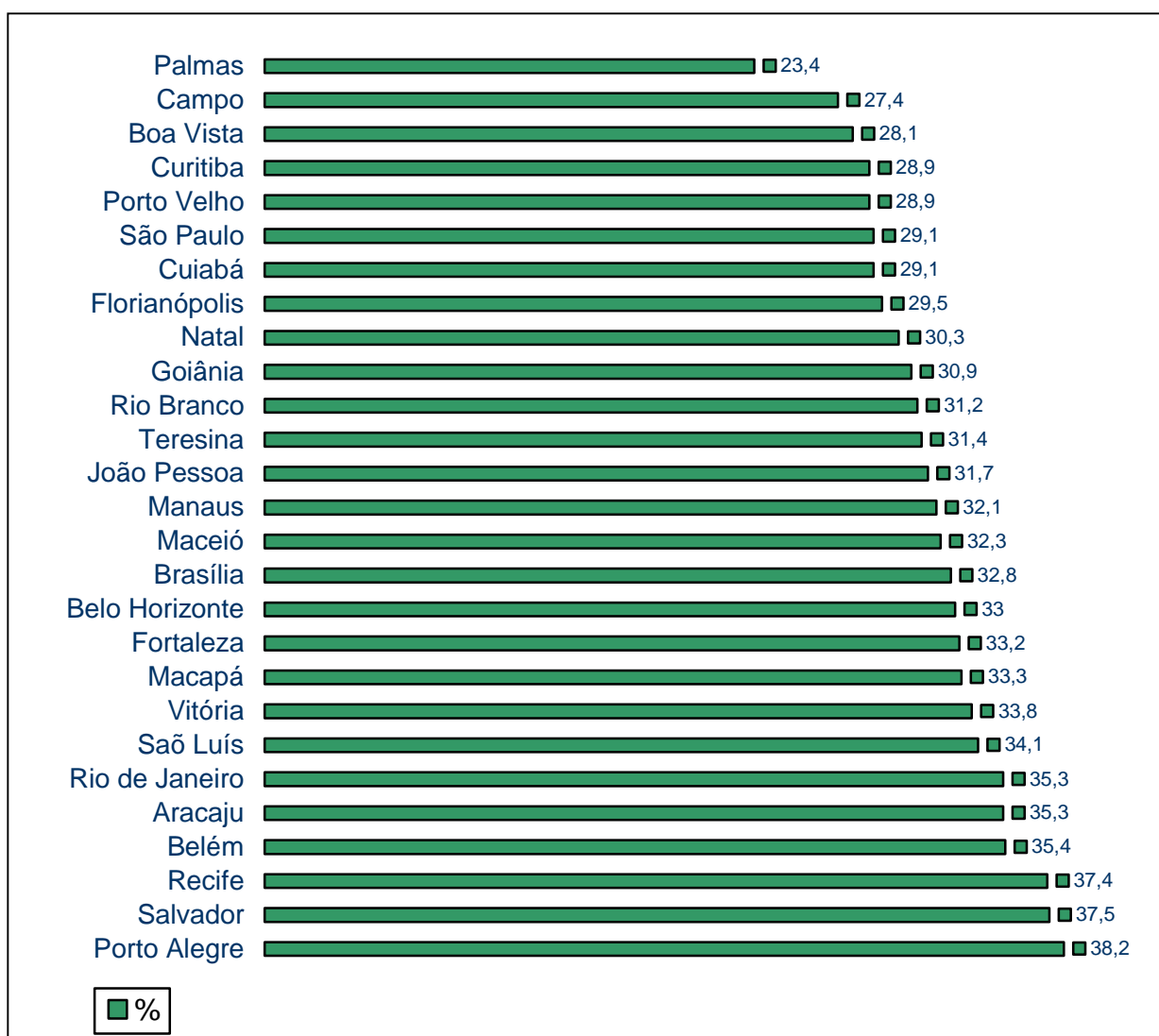
Tabela 3 **Pessoas responsáveis pelos domicílios, total e mulheres, segundo as Grandes Regiões**

Grandes Regiões	Pessoas responsáveis pelos domicílios		
	Total	Mulheres	
		Total	Proporção (%)
Brasil	44795101	11160635	24,9
Norte	2809912	642837	22,9
Nordeste	11401385	2951995	25,9
Sudeste	20224269	5174868	25,6
Sul	7205057	1628105	22,6
Centro-Oeste	3154478	762830	24,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2000.

A distribuição regional dos domicílios reflete a distribuição geográfica da população, com seu peso mais significativo no Sudeste. O Nordeste apresenta maior proporção de domicílios, cuja pessoa de referência é do sexo feminino, 25,9%, seguida pela Região Sudeste, 25,6%. No caso do Nordeste, deve-se considerar, além das mudanças recentes de âmbito cultural, a intensidade da migração nordestina masculina ocorrida nas últimas décadas e seus padrões diferenciados por gênero.

Gráfico 2 Proporção de mulheres responsáveis pelos domicílios, segundo os municípios das capitais, 2000



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 2000

Segundo o IBGE (2002), nas capitais, a proporção de mulheres responsáveis é bem mais elevada do que a média nacional, variando de 23,4% em Palmas a 38,2% em Porto Alegre. Portanto, Porto Alegre se destaca com a maior proporção de domicílios com responsáveis mulheres. É importante ressaltar que a expectativa de vida feminina no estado do Rio Grande do Sul é das mais altas do país, em torno de 74 anos, o que poderia ser considerada uma das causas principais para o alto percentual encontrado. Os municípios de Salvador e Recife também apresentam proporções igualmente elevadas (37,5% e 37,4%, respectivamente), todavia por motivos diferentes. Os dois estados são ainda fortemente marcados pela emigração masculina. Além disso, o fenômeno da dissolução conjugal é muito freqüente nas camadas mais pobres da população, podendo estar afetando os resultados verificados nestas duas capitais. De qualquer forma, as altas proporções de domicílios com responsáveis mulheres nas diversas capitais são generalizadas, independentemente do grau de desenvolvimento local.

Tabela 4 Indicadores selecionados de mulheres responsáveis por domicílios, 1991 e 2000

Indicadores selecionados	1991	2000	Crescimento relativo
Proporção de domicílios com responsável do sexo feminino (%)	18,1	24,9	37,6
Proporção de responsáveis do sexo feminino alfabetizadas (%)	68,7	79,5	15,7
Média de anos de estudo com responsáveis do sexo feminino	4,4	5,6	27,3
Proporção de responsáveis do sexo feminino com até 3 anos de estudo (%)	49,6	37,7	(-) 24,0
Proporção de responsáveis do sexo feminino com 15 anos ou mais de estudo (%)	5,5	7,0	27,3
Rendimento nominal médio dos responsáveis do sexo feminino (R\$)	365,00	591,00	61,9

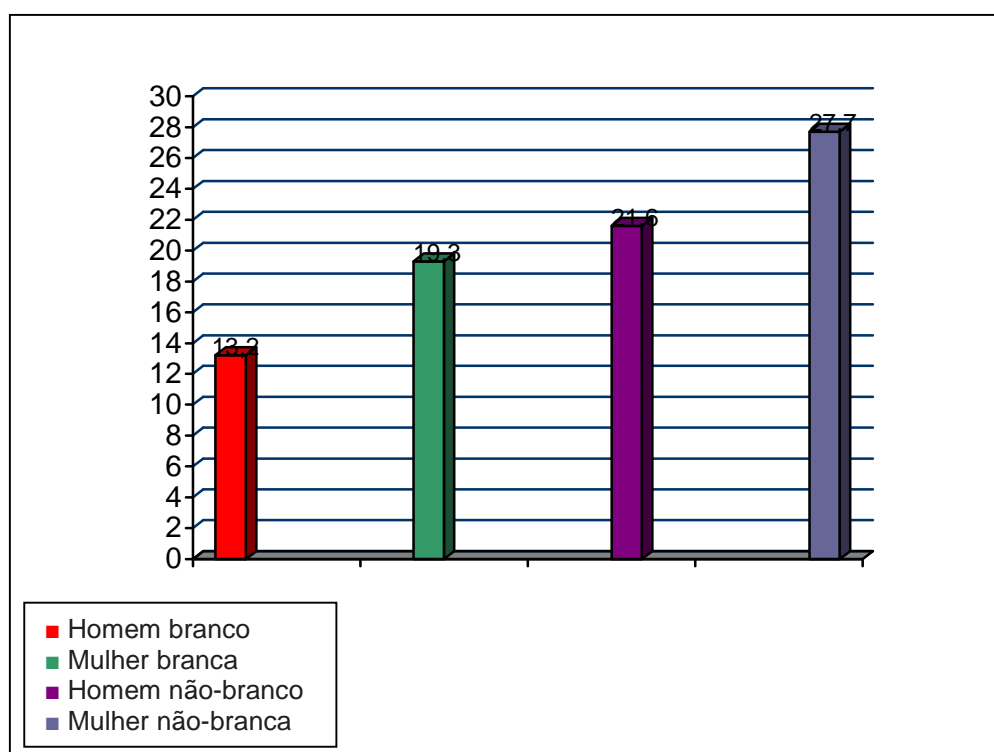
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico 1991 e 2000. Adaptado pela autora.

Na Tabela 4, podemos observar a evolução, de 1991 a 2000, do aumento considerável da responsabilidade exclusiva das mulheres enquanto provedoras do sustento familiar.

Ainda que a intensificação da participação da mulher no mercado de trabalho tenha aumentado consideravelmente nas últimas, observamos que esse crescimento não se estabeleceu de forma homogênea. Vários fatores, como escolaridade e idade afetam este contingente impondo desigualdades ainda muito presentes.

Como demonstra o Gráfico 3, além da discriminação de gênero, a cor da pele também é fundamental para a marginalização e/ ou precarização do trabalho feminino.

Gráfico 3 Taxa de desemprego total, segundo cor e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre, 2003



Fonte: MARQUES *et al.* 2004. *Mulher e Trabalho. Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre.* Revista da FEE.

Adaptado pela autora.

Deve-se esclarecer que a realidade representada no gráfico acima não se restringe somente ao Brasil, ou às grandes áreas metropolitanas. Ainda que muitos paradigmas estejam sendo reavaliados, a discriminação por gênero e etnia ainda persiste na sociedade ocidental de forma mais velada, porém com seus subterfúgios discriminatórios.

3.2 Breve análise da(s) territorialidade(s) da RICS

A RICS organizou uma estrutura de produção pela EMREDE, através do segmento de confecção. Para este fim, dispõe de formação para autogestão, qualificação profissional, assessoria para a atividade econômica, gestão de rede e informatização para gestão contábil e administrativa, controle e planejamento dos empreendimentos e da rede, bem como apoio na prospecção de novos negócios.

A importância deste projeto está no seu pioneirismo, tendo em vista a forma como foi articulado pelos indivíduos e entidades envolvidas. Suas ações geram novas relações de trabalho fundamentadas na união, na cooperação, na solidariedade e na articulação em redes, obtendo resultados econômicos efetivos. As ações articuladas em seu conjunto devem servir de modelo para uma política pública de geração de renda que tenha efetividade no resultado econômico e, ao mesmo tempo, estimule a qualificação para a emancipação individual e coletiva dos cidadãos, com evidentes ganhos sociais.

A experiência coletiva de realizar a gestão do trabalho, assumindo novas responsabilidades e dimensões é educativo e libertador para a prática social. A rede se organiza por cooperativas que fazem sua própria gestão e negociam seus acordos na rede para a ação comum na atividade econômica. Este aprendizado só é possível neste tipo de experiência. A responsabilidade social está vinculada ao fomento à atividade econômica autogestionária com acumulação de conhecimento e busca de autosustentabilidade. (observação colocada por Ilma, uma das coordenadoras da RICS, em conversa informal realizada em julho de 2006).

A realização do projeto serve como exemplo a ser seguido pelas demais empresas públicas e privadas, criando oportunidades não só para a ampliação da EMREDE como para a formação de novas redes e novos segmentos como o de alimentação, artesanato, etc. Com o efeito multiplicador desse projeto, na medida em que novos projetos e programas com as mesmas características sejam implementados a partir desse exemplo, a área de influência das cooperativas solidárias e das redes tende a aumentar, ampliando, assim, o público beneficiado direta e indiretamente por esta alternativa ao desemprego.

Conforme RAFFESTIN (1993: 160):

[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.

Assim, o projeto visa articular políticas de trabalho, para proporcionar a ampliação da autonomia das mulheres que viabilize sua inclusão socioeconômica, beneficiando este estrato da população historicamente marginalizado.

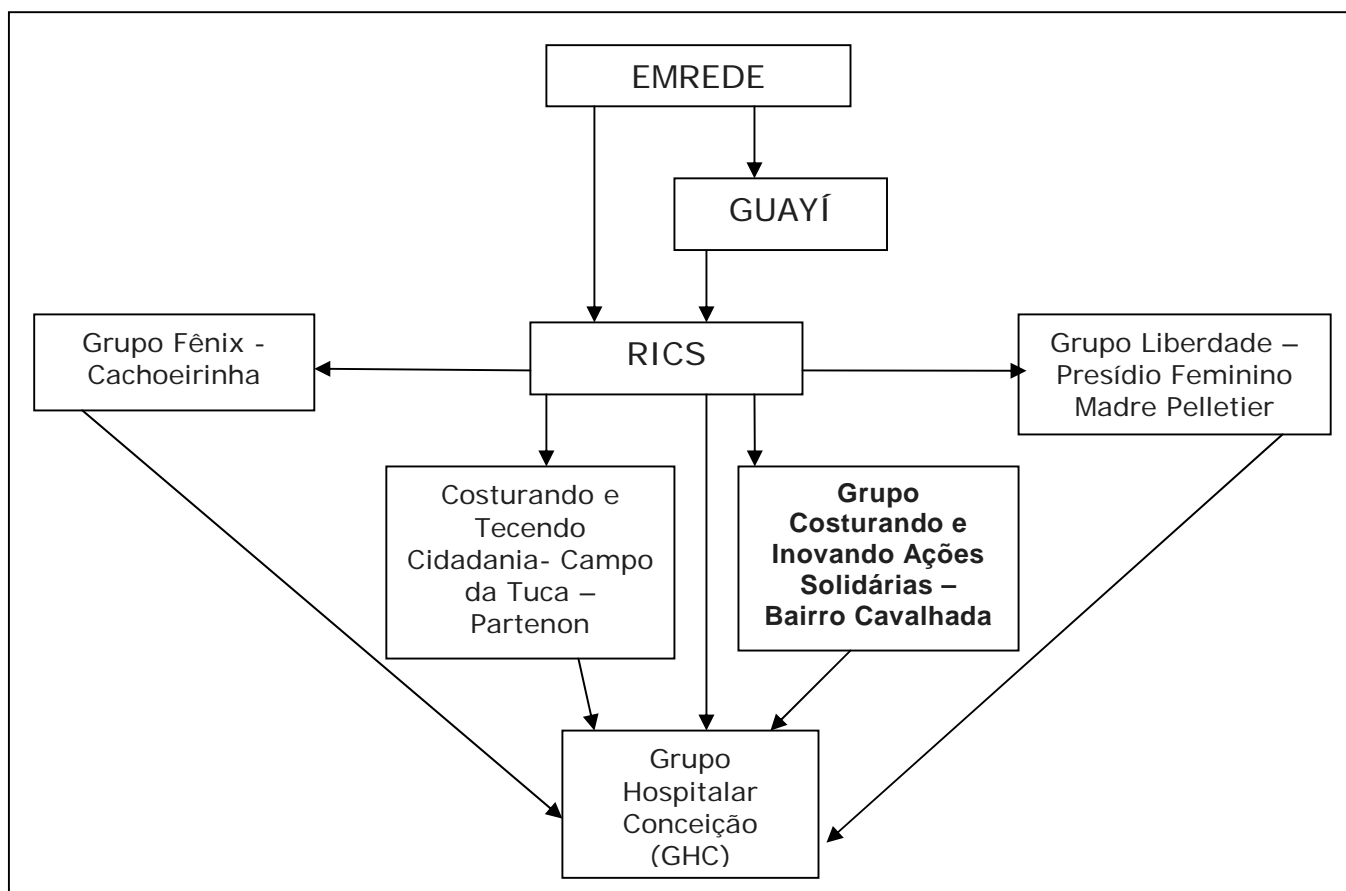
A RICS pretende ampliar sua produção intervindo nos nichos de mercado institucional – empresas públicas e privadas – voltados para a confecção industrial e em escala, o que, conseqüentemente, constituir-se-á em sua ampliação, aumentando o número de trabalhadores envolvidos, viabilizando a produção da confecção necessária (roupas hospitalares e uniformes) para as empresas da iniciativa pública e/ou privada por grupos de trabalhadores desempregados e, com isso, além de gerar renda imediata, propiciar uma experiência concreta de associativismo solidário, formação de empresas autosustentadas e abertura de novas oportunidades de mercado.

Descontados impostos e despesas mensais, a RICS garante, em média, uma renda de R\$ 500,00 para cada trabalhadora/ trabalhador e mais um fundo de R\$ 200,00 para o caso de qualquer eventual necessidade, o que, em termos de realidade brasileira (onde a grande maioria da população é assalariada, sobrevivendo com salário mínimo ou, em muitas vezes, menos que isso) representa o resgate da dignidade de muitas mulheres e famílias.

Na Figura 7, podemos ter uma idéia da estrutura e organizacional da RICS:

Assim, entendemos de forma mais precisa como a(s) territorialidade(s) da RICS se estabelece(m).

Figura 7 Quadro demonstrativo da articulação da RICS



Organizado pela autora, 2006.

Foram entrevistadas 19 pessoas, sendo que 18 mulheres e apenas um homem.

Levamos em consideração três empreendimentos – **Grupo Fênix**, localizado no município de Cachoeirinha, que conta com seis integrantes; **Grupo Costurando e Inovando Ações Solidárias**, localizado no bairro Cavahada, em Porto Alegre, cuja participação é de sete trabalhadores, mas somente cinco responderam ao questionário aplicado; e **Grupo Costurando e Tecendo**

Cidadania, localizado no bairro Partenon, onde trabalham oito pessoas, em Porto Alegre.

No **Grupo Fênix**, as instalações não são muito cômodas, pois o empreendimento funciona na garagem da casa de uma das integrantes do grupo. Porém, isso não é um problema para a produção.

As integrantes conseguem atingir a demanda mensal, apesar das dificuldades nas instalações e dos conflitos internos que o grupo apresenta.

Grupo Fênix



Autoria de Carolina Tavares Oliveira Borges, AGO/ 2006.

O grupo foi formado a partir da experiência de uma das integrantes que é ex-apenada do Presídio Feminino Madre Pelletier. Juntamente com sua filha mais quatro irmãs, formaram o Grupo Fênix.

A Guayí desenvolve um trabalho especialmente voltado a esse grupo, pois o mesmo tem características muito distintas dos demais, como a idade das trabalhadoras e suas concepções de Economia Solidária e trabalho coletivo. As jovens manifestam muita vontade em dar continuidade aos estudos e demonstram claramente suas ambições, o que é compreensível por se tratar de jovens mulheres oriundas de famílias humildes com sonhos e desejos de mudar de vida.



Autoria de Carolina Tavares Oliveira Borges, AGO/ 2006.

No **Grupo Costurando e Inovando Ações Solidárias**, o espaço disponibilizado para o empreendimento, funciona na Associação Comunitária de Moradores. O ambiente, atualmente divide-se em duas partes, pois como já mencionamos, o grupo também recebeu capacitação para o corte dos tecidos. As trabalhadoras demonstram grande satisfação sobre o que fazem.

Núcleo de costura do Grupo Costurando e Inovando Ações Solidárias



Autoria de Carolina Tavares Oliveira Borges, SET/ 2006.

O grupo utiliza o espaço físico da associação comunitária e isso gera um certo desconforto, pois outros integrantes da associação reclamam o espaço ocupado. A Guayí trabalha a fim de manejar esse obstáculo.

A baixa escolaridade e falta de qualificação profissional das integrantes foi condição preponderante para a criação do grupo. Uma das mulheres, em conversa informal, disse que estaria trabalhando na catação de material reciclável se não tivesse oportunidade de trabalhar na RICS.

Núcleo de corte do Grupo Costurando e Inovando Ações Solidárias



Autoria de Carolina Tavares Oliveira Borges, SET/ 2006.



Autoria de Carolina Tavares Oliveira Borges, SET/ 2006.

No Grupo **Costurando e Tecendo Cidadania**, o empreendimento também funciona na Associação Comunitária de Moradores e, da mesma forma que no Grupo Renascer, divide-se em duas salas também pelo motivo de ampliação para o corte dos tecidos. O ambiente é amplo e as mulheres trabalham ouvindo música, fazendo do trabalho uma atividade prazerosa.

Para elas, a RICS representou um resgate da cidadania, pois algumas têm pouquíssimo ou nenhum estudo.

Núcleo de Costura do Grupo Costurando e Tecendo Cidadania



Autoria de Carolina Tavares Oliveira Borges, OUT/ 2006.

Nesse grupo, tivemos a oportunidade de conversar com um dos poucos homens que trabalha na RICS, mais precisamente no núcleo de corte. Ele nos informou que se não estivesse lá, estaria trabalhando no galpão de reciclagem e que a rede foi uma oportunidade de garantir renda sem ter que ser com resíduos recicláveis.

Núcleo de Corte do Grupo Costurando e Tecendo Cidadania



Autoria de Carolina Tavares Oliveira Borges, OUT/ 2006.

Analisando os dados tabulados (ANEXO 3), referentes ao questionário aplicado (ANEXO 2), percebemos que 75% das trabalhadoras, acreditam que a *capacitação* foi o que lhes possibilitou a participação na rede.

Na dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, 32% dos trabalhadores, acredita que, se não fizesse parte da RICS, não estaria trabalhando, ou estaria desempenhando alguma atividade que não exigisse mão-de-obra qualificada, caso dos 16% que responderam que estariam trabalhando no galpão de reciclagem da associação de moradores.

Na questão *exclusão* propriamente dita, surgiram diversas respostas. Entretanto, quase que em sua totalidade, voltadas aos dramas pessoais, como preconceito 16%, falta de capacitação 21% e falta de oportunidade e falta de experiência/ estudo, aparecendo com 10,5%.

Quando falamos em *exclusão social*, estamos tentando descrever um dos grandes dilemas que o mundo enfrenta, pois nos reportamos a todos os outros problemas oriundos e conseqüentes da mesma. A definição de padrões de consumo, a competitividade, o individualismo, violência, entre outras mazelas, devem nos fazer questionar para onde estamos nos encaminhando enquanto seres humanos, indivíduos e cidadãos que somos e para onde estamos levando o mundo e a sociedade na qual vivemos e quais valores deveremos deixar como legado para as gerações futuras.

Sabemos que a desigualdade é meio fomentador e produto para a reprodução do *status quo* atual, gerando um círculo vicioso que retroalimenta esta situação. Porém, acreditamos que há formas alternativas de vivermos e convivermos.

Dos 19 entrevistados, 32% têm idade entre 20 e 25 anos, outros 32%, estão divididos entre 25 e 35 anos e 21% estão na faixa entre os 40 e 50 anos.

Nove dos entrevistados, que representam 47,5%, não terminaram o Ensino Fundamental, enquanto que apenas 21% concluíram o Ensino Médio.

Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2000, a taxa nacional de escolarização líquida²⁵ era de 94,3% no Ensino Fundamental, enquanto que no Ensino Médio, a mesma taxa no mesmo período era de 33,3%.

Por motivos de força maior, não foi possível coletar informações diretas juntamente ao Grupo Liberdade, que funciona no Presídio Feminino Madre Pelletier, em Porto Alegre.

Sabemos que deste grupo fazem parte oito mulheres que trabalham utilizando a mesma dinâmica dos outros grupos. Entretanto, há grande dificuldade em formarem um empreendimento autogestionário por consequência da situação em que se encontram. Durante o período de incubação, os grupos são instruídos para que possam ser totalmente autônomos. No caso do empreendimento Liberdade, a autogestão é muito prejudicada em função da *posse* que o Estado tem sobre os apenados. Dessa forma, não é permitido que seja montada uma pessoa jurídica.

Os dados referentes aos relatos contidos nos questionários refletem a nossa preocupação em representar a realidade das pessoas participantes e compõem a RICS, uma vez que respeitamos as opiniões e colocações que essas nos apresentaram.

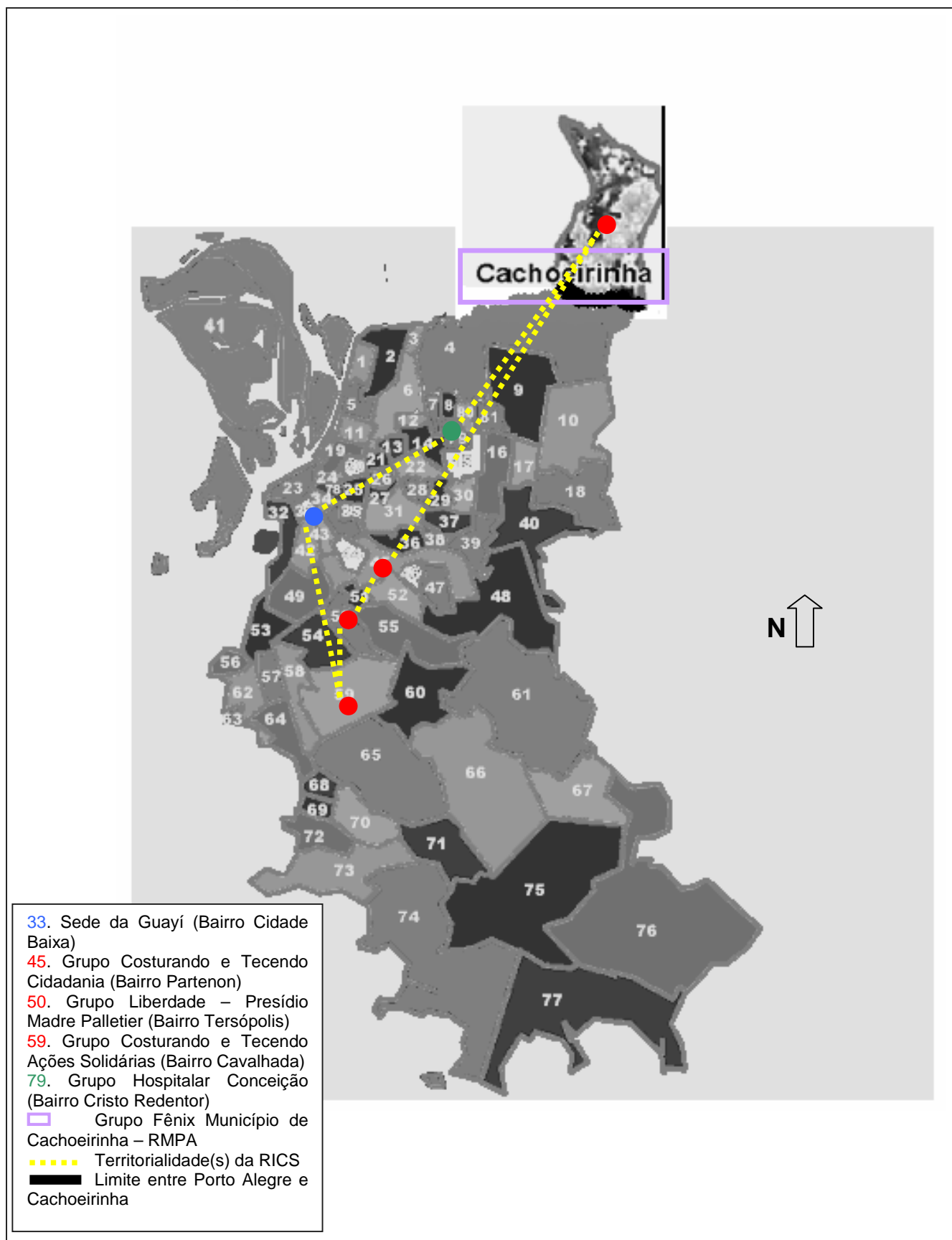
²⁵ Segundo o INEP, a Taxa de Escolarização Líquida refere-se a um indicador que identifica o percentual da população em determinada faixa etária matriculada no nível de ensino adequado a essa faixa etária.

De acordo com as respostas das trabalhadoras, a RICS representa uma forma de (re)inserção. Existe um sentimento de “fazer parte” de uma equipe que produz, trabalhando dignamente, que supera qualquer expectativa de quem observa o trabalho. Além disso, presenciamos um comprometimento com a qualidade do que é produzido, além da superação das metas estabelecida pelo GHC, que variam a cada mês.

Executando o nosso plano de trabalho, dentro da metodologia que adotamos, criamos uma ilustração, conforme a Figura 8, para demonstrar a forma como a(s) territorialidade(s) da RICS pode ser representada.

A partir disso, consideramos toda a trajetória do que foi planejado e deixamos nossas reflexões, como segue, nas Considerações Finais.

Figura 8 Ilustração da(s) territorialidade(s) da RICS



Fonte: Divisão Sub-Regional da RMPA – FEE, 2006.

http://lead.cap.ufrgs.br/~francisco/amadis_amora_teste/paginas/projeto_31/mapadosbairrosdeportoalegre.htm. Acessado em 07/06/2007.

Adaptado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento de nossa pesquisa, tivemos, desde o início, a intenção em buscar respostas para questões que nos preocupam e procuramos levantar pontos para reflexão, análise e discussão que acreditamos nos direcionar para um caminho que busque a crítica, gerando um aprofundamento no sentido teórico e prático de temas como o que propomos.

Levamos em consideração o indivíduo e a coletividade à qual pertence, as dificuldades encontradas pelos mesmos na tentativa de participar de uma sociedade inserida em um processo que, via de regra, exclui, explora e marginaliza uma maioria, como se isso fosse passível de ser visto como *normal e aceitável*.

Não intencionamos, em momento algum, colocarmo-nos como meros observadores, muito pelo contrário, posicionamo-nos de maneira crítica a cada ponto destacado, buscando em autores que julgamos importantes contribuintes na visão crítica da Geografia e os processos ao qual está associada em nossa dissertação, alguns subsídios teóricos que nos auxiliaram na relação com o que levantamos de dados empíricos.

Alguns dos conceitos e categorias de análise, como o *território*, por exemplo, há muito tempo, tem sido discutido no âmago da Geografia. Outros, como a Economia Solidária, ainda não têm uma conceitualização totalmente definida. Todavia, acreditamos que quando afirmamos que as Redes de Solidariedade são estratégias sociais de resistência aos processos desterritorializantes, conseguimos explicitar com propriedade a contribuição que pretendemos com esta pesquisa.

Estamos certos de que muito ainda precisa ser realizado, tanto por parte dos governos, nas esferas federal, estadual e municipal, quanto por parte da sociedade civil, no sentido de fomentar o fortalecimento e a reprodução das Redes de Economia Solidária, numa tentativa socialmente inclusiva.

A viabilidade dos projetos solidários está muito mais associada à vontade em realizar-los do que nos investimentos financeiros para sua efetivação, pois temos vários exemplos exitosos de pequenos empreendimentos constituídos com escassos recursos que transformam a vida de seus integrantes, gerando muito mais do que renda e trabalho, mas principalmente dignidade e qualidade de vida.

Dessa forma, as redes permitem a manutenção das pessoas em seu lugar, onde estas têm suas raízes culturais e familiares.

Podemos perceber com os contatos estabelecidos com os indivíduos envolvidos que estas pessoas têm a necessidade de falar, reclamar, expor suas experiências, alegrias e frustrações. Assim, o pesquisador acaba sendo uma espécie de psicólogo e tem o dever e obrigação de cumprir com esse papel, pois, no que tange as Políticas Públicas e as esferas governamentais, as pessoas mostram-se muito insatisfeitas com o que vem sendo realizado.

Por isso, as alternativas criadas por iniciativas pessoais e localizadas fazem muita diferença na inclusão socioeconômica. As pessoas em geral, não ficam aguardando pelo Estado, pois, ainda que muito recente, a indignação com políticas assistencialistas e de dependência, já é percebida nas camadas socialmente marginalizadas.

Com isso, ações como as que a RICS desenvolve devem ser reproduzidas como é objetivo da própria Guayí.

Temos certeza que muito ainda pode ser desenvolvido tanto prático quanto teoricamente. Portanto, não temos a intenção de concluir esse trabalho, mas ao contrário, gostaríamos de poder aprofundá-lo ainda mais.

Contudo, acreditamos nossos objetivos foram atingidos e conseguimos expor nossos pontos-de-vista dentro do que nos propomos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, J. A. F., BRINCO, R. 2006. Caracterização geral da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). *In*: MAMMARELLA, R. (org.). **Como anda a metrópole de Porto Alegre**. CD-Rom. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre/ RS.

BAIERLE, S. 1998. **A Explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre**. Cadernos da CIDADE, vol. 04, n. 06, junho. Porto Alegre/ RS.

BOISIER, S. 2005. **¿HAY ESPACIO PARA EL DESARROLLO LOCAL EN LA GLOBALIZACIÓN?** REVISTA DE LA CEPAL 86 AGOSTO 2005. Disponível em <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/22219/G2282e.pdf>>. Acessado em 12/01/2006. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): Santiago/ Chile.

BORGES, C. T. O. 2006. **ORGANIZAÇÃO LOCAL EM REDES DE SOLIDARIEDADE: O PAPEL DA IDENTIDADE TERRITORIAL E DA CONVIVÊNCIA COTIDIANA NO ESTABELECIMENTO DE UMA ALTERNATIVA FRENTE À “GLOBALIZAÇÃO”**. Anais do XXVI Encontro Estadual de Geografia (CD-Rom). Pontifícia Universidade Católica. Porto Alegre/ RS.

BORGES, C. T. O., UEDA, V. 2005. **As redes de solidariedade como forma de resistência aos processos desterritorializantes no município de Porto Alegre – RS**. Anais do VI Encontro Nacional da ANPEGE. Fortaleza/ CE.

_____. 2006. **ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM REDES DE SOLIDARIEDADE: UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA**. Livro Eletrônico, 58ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/ SC.

BOURLEGAT. C. A. 2000. **Ordem Local como força interna de desenvolvimento**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 1, N. 1. Disponível em: <www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes/n1_cleonice.pdf>. Acessado em 27/07/2006.

CASTELLS, M, BORJA, J. 2000. **Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la globalización**. Madrid: Taurus.

CORAGGIO, J. L. 1997. Economia popular e a pobreza na construção da cidade. *In*: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **O papel do público e do privado na construção da cidades**. Porto Alegre/ RS.

COSTA, B. P. 2000. **Diversidade cultural e territorializações intra-urbanas tomando como exemplo o centro de Porto Alegre/RS**. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 26, pp. 173/ 188. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre/ RS.

CUNHA. G. C. 2002. **ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Políticas.

DAVIDOVICH, F. 2001. **Metrópole – Escalas, questões e situação no Brasil**. Comunicação ao Seminário “A Questão Metropolitana no Brasil: Segregação, desigualdade e governança”, XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú/ MG.

DIAS, L. C. 1995. Redes: emergência e organização. *In*: CASTRO, I. E. de *et al.* (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**, pp. 141/ 162. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2006). **Pesquisa de Emprego e Desemprego**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/ped/ped.xml>>. Acessado em 22/01/2007.

GENRO, T., SOUZA, U. de. 1999. **Presupost Participau: l'experiència de Porto Alegre**. Barcelona: Ediciones del Serbal.

GIL, A. C. 1987. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas.

Guayí. 2005. **Democracia, participação, solidariedade**. Porto Alegre, V Fórum Social Mundial.

GUIMARÃES, G., SCHWENGBER, A. 2004. **Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A Contribuição dos Gestores Públicos**. Rio de Janeiro: ITCP.

HAESBAERT, R. 1995. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, I. E. de *et al.* (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**, pp. 165/ 205. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A.

_____. 2003. **Da desterritorialização à múltipla territorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 29 (1), pp. 11/ 24. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre/ RS.

_____. 2004. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A.

HEIDRICH, A. L., DUARTE, A. C., OLIVEIRA, G. M., TARTARUGA, I. G. P. 2000. **Gestão territorial: a organização local frente à globalização**. Anais do XX Encontro Estadual de Geografia, pp. 207/ 214. Capão da Canoa/ RS.

HARVEY, D. 2004. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2002. **Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil – 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 20/06/2006.

Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social – ILPES. Dirección de Desarrollo y Gestión Local. 1998. **MANUAL DE DESARROLLO LOCAL**. Disponível em

<http://www.pepputem.cl/bajar/M13Gonzalez_4.pdf>. Acessado em 19/12/2006. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): Santiago/ Chile.

LEFEBVRE, H. 1986. **La producción l'espace**. Paris: Anthropos.

LIMA, J. C. 2004. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n° 56. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 07/10/2006.

LISBOA, A. M. 2004. **Socioeconomia Solidária. Marco conceitual latino-americano**. Disponível em www.cse.ufsc.br/gecon/textos/armando9.pdf>. Acessado em: 10/04/2006.

_____. 2005. **Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites**. Anais das Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. Porto Alegre: PUC/ RS.

LOPERA, D. L. 2005. **Solidaridad y economía solidaria. problemas y definiciones**. Anais das Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada. Porto Alegre: PUC/ RS.

MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação**. 2001. Ci. Inf., vol. 30, n° 1, pp. 71/ 81, jan./ abr. Rio de Janeiro: UFRJ.

Ministério do Trabalho e Emprego. 2006. **Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**. Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp, acessado em 23/11/06.

MORAES, A. C. R. 1984. **O que é? Território**. Revista Orientação, n° 5, p. 91, Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo.

_____. 1995. **Geografia: Pequena História Crítica**. 14ª edição. São Paulo: HUCITEC.

MORELLI, E. C., FERREIRA, E. M. 2003. **Desarrollo Local – Una metodología para la participación**. Santiago/ Chile: LOM Ediciones.

OLIVEIRA, L. M. B. de. 2006. **Identidade Cultural**. Disponível em <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Identidade+cultural>>. Acesso em 16/12/2006.

PAULICS, V. 2001. **Desenvolvimento local e redes de solidariedade**. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicacoes/artigos/veronikamala.html>>. Acesso em: 16/10/2004.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Programa de Governança Solidária Local. Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local. 2005. **Governança Solidária Local – Porto Alegre Cidade-Rede. Documento de Referência**. Acessado em 27/11/2006. Disponível em <<http://www.governanlocal.com.br>>

Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS). 2005. **Planeta Cooperativo**. Porto Alegre, V Fórum Social Mundial.

RAFFESTIN, C. 1993. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática.

Rede de Economia Solidária. 2005. **O que é Economia Solidária?** Porto Alegre, V Fórum Social Mundial.

RIBEIRO, I. C. de Q., LAGO, L. C. 1994. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras – o modelo centro/periferia em questão**. Disponível em: <www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/reestruturacao_cidades.pdf>. Acessado em: 03/08/2003.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. 1986. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTOS, M. 1997. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora HUCITEC.

SCHERER-WARREN, I. 1996. **Redes de Movimentos Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola.

_____. 2005. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. *In*: DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L. (orgs.) **Redes, sociedades e territórios**, pp. 29/ 50. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

SCOLARI, R. M. D. (2006). **Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de material reciclável da Associação de Recicladores Cidadão Amigos da Natureza do município de Erechim (RS)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre/ RS.

SINGER. P. 1999. **Globalização e desemprego, diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto.

SINGER, P., SOUZA, A. R. 2000. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto.

SIRKIS, A. 1999. **Ecologia Urbana e Poder Local**. Rio de Janeiro: Fundação Movimento Onda Azul.

SOUZA, M. J. L. 1995. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de *et al.* (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**, pp. 75/ 166. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A.

_____. 1998. **Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um “conceito-problema”**. Revista Território, ano III, nº 5, pp. 05/ 26. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. 2000. **O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista**. Revista Território, ano V, nº 8, pp. 67/ 100. Rio de Janeiro: UFRJ.

UEDA, V., SOARES, P. R. R. 2003. ¿Otra globalización es posible? Porto Alegre: una metrópoli entre lo local y lo global. *In*: **El desafío de las áreas metropolitanas en un mundo globalizado. Una mirada a Europa y América Latina**. 1 ed. Barcelona: Crea Publicitat, v.1, p. 505-526.

_____. 2005. *Verso una città più sostenibile. Controspazio*, v.XXXV, p.70 - 71.

UEDA, V., HEIDRICH, A. L. 2005. **Las metropolaridades en la ciudad de Porto Alegre- Brasil** *In*: Cuarta Conferencia de Geografía Crítica, México.

VALLE, M. C. S. de R. 2002. **POSSIBILIDADES E AMEAÇAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL NA PESPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**. Disponível em

<www.dea.ufms.br/Jornada/jornada2002/artigos/49.pdf>. Acessado em 18/11/2006.

VAZQUEZ-BARQUERO, A. 2000. **Desarrollo endógeno y globalización**. EURE (Santiago), vol. 26, n.º 79, p.47-65. Disponível em <www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007900003&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 17/02/2007.

VEIGA, S. M. 2004. Pensando o Brasil, a economia solidária e o desenvolvimento local. *In*: ZART, L. L. (org.) **Educação e Sócio-Economia Solidária: Paradigmas de Conhecimento e de Sociedade**, vol. 1, pp. 135/ 155. Cáceres: UNEMAT EDITORA.

VELEDA da SILVA, S. M. 2003. **Trabajo informal, género y cultura: el comercio callejero e informal em el sur de Brasil**. Tese de Doutorado. Universitat Autònoma de Barcelona, Facultat de Filosofia e Lletre, Departament de Geografia.

VILLASANTE, T. R. 2002. **Redes e alternativas – Estratégias e estilos criativos na complexidade social**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Petrópolis: Vozes.

ZART, L. L. 2004. As possibilidades de construir uma sociedade alternativa: a sócio-economia solidária. *In*: ZART, L. L. (org.) **Educação e Sócio-Economia Solidária: Paradigmas de Conhecimento e de Sociedade**, vol. 1, pp. 173/ 186. Cáceres: UNEMAT EDITORA.

ANEXO 1

Redes de Cooperação no Rio Grande do Sul

Comércio/ Varejo		
Segmento	Rede	Universidade responsável
Artigos esportivos	Rede Brasil de Esportes	UFSM
Calçados	Rede Mundi	Feevale
Confecções	Top Vest	Unijuí
Mercados	Mania Sul	UFSM
	Redefort	Feevale/ Unijuí/ Ucpel
	AMMPA	PUC – RS
	CNS	Unijuí
	Sul 10	Unijuí
	Macro	Unijuí
	Super Bom	UCS
	ARM	Unijuí
	Super Passos	Unijuí
	Central Sul	Unisc
	Rede Viva	Unijuí
Padarias e confeitarias	Pão Doce	Ucpel
	Finopão	UFSM
	Panimel	Unijuí
Farmácias e drogarias	Agafarma	PUC – RS
	Tchê Farmácias	Ucpel/ UFSM
	Farmavale	Unisc
	Vida	Feevale
	Sul Drogarias	PUC – RS
Farmácias de Manipulação	Ação Magistral	PUC – RS
	Unifarma	PUC – RS
Cosméticos	Arte Cosmética	Feevale
Materiais de construção	Construmais	UFSM
	Macsul	Ucpel
	Construir	PUC – RS/ Unijuí
	Redeferr	PUC – RS
	Redemac	PUC – RS/ UFSM
Floriculturas	Gesto	Feevale
	Aflor	Unisc
	Terra Flor	PUC – RS
	Flor e Flor	UCS

Informática	Infosul	Ucpel
	ix Tecnologia	Feevale
	Maxsul	PUC – RS
Materiais elétricos	Agaeleetro	Unisc
	Hiper Eletro	Feevale
Bazar	Recoserg	UCS
	Cassino Praia Shopping	Ucpel
	Bazar Sul	PUC – RS
Livrarias/ Papelarias/ Revistarias	Agapel	Unijuí
	Rede Paper	Feevale
	Unibancas	PUC – RS
	Sul Papéis	Ucpel
Casa de carnes	Chef Carnes	PUC – RS/ Ucpel
Agroveterinárias e Pet Shops	Redevet	Ucpel
	Rede A	Unijuí
	Alviterra	Feevale
Ópticas	Sul Óptica	Unijuí
	Belver	PUC – RS
Aviamentos	Crie Mais Brasil	PUC – RS/ Feevale
Autopeças	Auto Legal	PUC – Rs
Móveis	Redlar	Feevale/ PUC – RS
	Toklar	Unijuí
Indústria		
Moveleira	Projetar	Feevale
	Indumóveis	Unijuí
	Afamutil	Ucpel
	Movat	Unisc
	Ormetro	PUC – RS
	Afecom	UCS
	Afamec	UCS
	Remos	UCS
Cosméticos	Ricosm	PUC – RS
Calçadista	Ensemble	Feevale
	Rede Mix	Feevale
	Assicaf	UCS
Metal mecânico	Rede Metal	Unijuí
	Unimetal	UFSM
	Metal Mar	Ucpel
	Afemaq	UCS
	Virfebras	UCS
Vinícolas	Reservin	UCS

Vestuário	Sulvest	Unisc
	Agivest	Unijuí
	Moda Gaúcha	Ucpel
	Moda Íntima	Ucpel
	Indumento Brasil	Unijuí
Serviços		
Seguros	Rede Segura	Feevale
Vídeo locadoras	Rede Vídeo	UCS/ Unisc
	Cena 1	Feevale
	Rede Cine	Ucpel
Lavanderias	Fastclean	PUC – RS
Academias	Fitwell	PUC – Rs
	Rede Mestre	Unijuí
Laboratórios	Rede Exato	PUC – RS
Cafeterias	Sociedade Café	PUC – RS
Salões de beleza	Redebeleza	Unisc
Jornais	Rede Jornal	PUC – RS
Hospitais	Hospinoeste	Unijuí
Hotéis	Redehotel	Unisc
	Rede Conforto	Unijuí
Escolas infantis	Criança Feliz	UFSM
	Rede Criança	Unisc
	Rede Educar	UCS
Restaurantes	Máximo Sabor	UCS
	Apool	PUC – RS
Serviços empresariais	Redecom	Feevale
	Base 8	PUC – RS
Filantropia	Ação Social	UFSM
Construção civil	Unicon	Unijuí
	Toda Obra	UFSM
Oficinas mecânicas	Núcleo Car	PUC – RS
Agronegócios		
Produtores de flores	Aproflo	Feevale
	Verde em Folha	Ucpel
	Entreflores	UCS
	Asflores	Unisc
Conservas	Agrocon	Unisc
Laticínios	Apil	Unisc

Fonte: Secretaria Estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, 2005. Adaptado pela autora.

ANEXO 2

Questionário aplicado às trabalhadoras e trabalhadores da RICS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS TRABALHADORAS E AOS TRABALHADORES DA RICS

1) DE QUE FORMA A REDE POSSIBILITA (OU POSSIBILITOU) O SEU TRABALHO?

2) SE NÃO TRABALHASSE NA REDE, ONDE VOCÊ ACHA QUE ESTARIA TRABALHANDO?

3) NA SUA OPINIÃO, O QUE, EM GERAL, "EXCLUI" AS PESSOAS?

SEXO: FEM. ()
MASC. ()

IDADE: MENOS DE 15 ANOS ()
ENTRE 15 E 20 ANOS ()
ENTRE 20 E 25 ANOS ()
ENTRE 25 E 30 ANOS ()
ENTRE 30 3 35 ANOS ()
ENTRE 35 E 40 ANOS ()
ENTRE 40 E 45 ANOS ()
ENTRE 45 E 50 ANOS ()
ENTRE 50 E 55 ANOS ()
ENTRE 55 3 60 ANOS ()
ACIMA DE 60 ANOS ()

ESCOLARIDADE: 1º GRAU INCOLMPLETO ()
1º GRAU COMPLETO ()
2º GRAU IMCOMPLETO ()
2º GRAU COMPLETO ()
SUPERIOR ()
MAIS ()

ANEXO 3

Tabulação do questionário aplicado às trabalhadoras/ trabalhadores da RICS

De que forma a rede possibilita (ou possibilitou) o seu trabalho?		
Capacitação	14	75%
A convite	2	10%
Organização dos grupos	1	5%
Continuidade do trabalho já desenvolvido	1	5%
Outros	1	5%
Se não trabalhasse na rede, onde você acha que estaria trabalhando?		
Não teria trabalho	6	32%
Serviços gerais	2	10,5%
Galpão de reciclagem	3	16%
Não sabe	1	5%
Empregada doméstica	2	10,5%
Outros	5	26%
Na sua opinião, o que, em geral, “exclui” as pessoas?		
Preconceito	3	16%
Falta de capacitação	4	21%
Falta de oportunidade	2	10,5%
Falta de experiência/ estudo	2	10,5%
Preconceito, falta de organização e oportunidade	1	5%
Falta de experiência, preconceito, falta de conhecimento de novas tecnologias	1	5%
Falta de divulgação desse tipo de empreendimento	1	5%
Dificuldade de acesso ao trabalho	1	5%
Outros	4	21%
Gênero		
Feminino	18	95%
Masculino	1	5%
Idade		
Menos de 15 anos	-	-

Entre 15 e 20 anos	-	-
Entre 20 e 25 anos	6	32%
Entre 25 e 30 anos	3	16%
Entre 30 e 35 anos	3	16%
Entre 35 e 40 anos	1	5%
Entre 40 e 45 anos	2	10,5%
Entre 45 e 50 anos	2	10,5%
Entre 50 e 55 anos	1	5%
Entre 55 e 60 anos	1	5%
Mais de 60 anos	-	-

Escolaridade

1° grau incompleto	9	47,5%
1° grau completo	2	10,5%
2° grau incompleto	4	21%
2° grau completo	4	21%
Superior	-	-
Mais	-	-

Organizada pela autora.

Os percentuais foram arredondados, quando necessário.

